



Anais da Assembléia

Nº 144

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

| | |
|----------------------|----------------------------------|
| PMDB - Governo | Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR |
| PFL | Deputado NELSON GARCIA |
| PDT | Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA |
| PTB | Deputado ERONDY SILVÉRIO |
| PSDB | Deputado HEINZ GEORG HERWIG |
| PT | Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO |
| PL | Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO |
| PP | Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA |

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Dulio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Osmário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermaes Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 036/94

DATA: 22 de novembro de 1994

SÚMULA: Fica autorizado o Poder Executivo a alienar aos Senhores Angelo Nelvir Gadens e Sebastião Conrado, o imóvel constituído do lote nº 29, da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, com área de 66,6772 ha, no Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar aos Senhores Angelo Nelvir Gadens e Sebastião Conrado, o imóvel constituído do lote nº 29, da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, com área de 66,6772 ha, no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.11.94.

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

**4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATIVA
ATA DA 110.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 1994**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Caíto Quintana e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Erondy Silvério, Heinz Herwig, José Arthur Ritti, José Tavares, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, e Rossoni (36). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Carlos Simões, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, Durval Amaral, Emilia Belinati, Ernani Pudell, João Iensen, João

Preis, José Afonso Júnior, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Servo e Toti Colaço (18).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E

Mensagens:

MENSAGEM Nº 152/94

Curitiba, 28.11.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), ao vigente orçamento próprio da Universidade Estadual de Maringá, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender os ajustes necessários para o encerramento do exercício de 1994.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica inalterado o Demonstrativo da Receita.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| SUPLEMENTACAO DA DESPESA ANEXO | | ANEXO I | | FL. 01 RS 1,00 | |
|-----------------------------------|------------------------------------|---------------------|---------------|-------------------|-------------------|
| CODIGO | ESPECIFICACAO | NATUREZA DA DESPESA | IL IFTIDI IRI | VALOR | IN. DO IPROC. ICD |
| 1200 | ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA | I | I I I | | I |
| | IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR, | I | I I I | | I |
| | ICIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES | I | I I I | | I |
| | IVINCULADAS | I | I I I | | I |
| 1214 | IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA | I | I I I | | I |
| 2484 | IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO | I | I I I | | I |
| | IENTINO SUPERIOR NA UEM | I | 3132.15I50ILI | 55.000 | I0376 |
| 2488 | IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO | I | I I I | | I |
| | IHOSPITAL UNIVERSITARIO EM MARINGA | I | 4110.00I50ILI | 50.000 | I0376 |
| TOTAL | | | | 105.000 | I |

| CANCELAMENTO DA DESPESA ANEXO | | ANEXO II | | FL. 01 RS 1,00 | |
|----------------------------------|------------------------------------|---------------------|---------------|-------------------|-------------------|
| CODIGO | ESPECIFICACAO | NATUREZA DA DESPESA | IL IFTIDI IRI | VALOR | IN. DO IPROC. ICD |
| 1200 | ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA | I | I I I | | I |
| | IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR, | I | I I I | | I |
| | ICIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES | I | I I I | | I |
| | IVINCULADAS | I | I I I | | I |
| 1214 | IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA | I | I I I | | I |
| 2484 | IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO | I | I I I | | I |
| | IENTINO SUPERIOR NA UEM | I | 3265.00I50ILI | 5.000 | I0376 |
| | | I | 3265.00I50ILI | 50.000 | I0376 |
| 2488 | IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO | I | I I I | | I |
| | IHOSPITAL UNIVERSITARIO EM MARINGA | I | 4220.00I50ILI | 50.000 | I0376 |
| TOTAL | | | | 105.000 | I |

Curitiba, 28.11.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), ao vigente orçamento próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com transferências de recursos do Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e ~~trezentos~~ mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica inalterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA | | ANEXO II | | FL. 02 | |
|------------------------------------|--------------------------------------|----------|-----------|---------|---|
| | | | | RS 1,00 | |
| CODIGO | ESPECIFICAÇÃO | FT | VALOR | IPROCI | |
| ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA | | I | | I | |
| IPUBLICA - ENTIDADES VINCULADAS | | I | | I | |
| IDEPARTAMENTO DE TRANSITO - DETRAN | | I | | I | |
| 1990.10.71 | EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - DIRETAMENTE | I 71 | 4.300.000 | I 2250 | I |
| I | ARRECADADOS | I | | I | |
| TOTAL | | I | 4.300.000 | I | |

| SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA | | ANEXO I | | FL. 01 | |
|--------------------------|------------------------------------|----------------------|---------------|-----------|----------------------|
| | | | | RS 1,00 | |
| CODIGO | ESPECIFICAÇÃO | INATUREZA DA DESPESA | IL IFTIDI IRI | VALOR | IN DOI IPROCI ICOP I |
| 3200 | ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA | I | I I I | | I I |
| I | IPUBLICA - ENTIDADES VINCULADAS | I | I I I | | I I |
| I | IDEPARTAMENTO DE TRANSITO - DETRAN | I | I I I | | I I |
| 2633 | IGERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO E | I | I I I | | I I |
| I | IOPERACIONAL DO DETRAN | I | I I I | | I I |
| | | I 4313.00 | I 71 I I I | 4.300.000 | I 2250 I |
| TOTAL | | I | | 4.300.000 | I |

MENSAGEM Nº 154/94

Governador do Estado

Curitiba, 28.11.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com pagamento da folha de trabalhadores avulsos do Sindicato dos Arrumadores.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica inalterado o Demonstrativo da Receita.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| SUPLEMENTACAO DA DESPESA ANEXO | | A N E X O | | FL. 01 RS 1,00 | |
|-----------------------------------|---|-------------------------|--------------------|-------------------|----------------------------|
| ICODIGO | ESPECIFICACAO | INATUREZA DA DESPESA | IL FTIDI IRI | VALOR | IN.DOI IPROCI ICOP I |
| 4400 | ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES IVINCULADAS | I I I | I I I | | I I I |
| 4492 | IADMINISTRACAO DOS PORTOS DE IPARANAGUA E ANTONINA - APPA | I I | I I | | I I |
| 2728 | IGERENCIAMENTO DAS OPERACOES IPORTUARIAS | I | I | 1.500.000 | I4105I |
| T O T A L | | | | 1.500.000 | I |

| CANCELAMENTO DA DESPESA ANEXO | | A N E X O | | FL. 01 RS 1,00 | |
|----------------------------------|---|-------------------------|--------------------|-------------------|----------------------------|
| ICODIGO | ESPECIFICACAO | INATUREZA DA DESPESA | IL FTIDI IRI | VALOR | IN.DOI IPROCI ICOP I |
| 4400 | ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES IVINCULADAS | I I I | I I I | | I I I |
| 4492 | IADMINISTRACAO DOS PORTOS DE IPARANAGUA E ANTONINA - APPA | I I | I I | | I I |
| 1017 | IINVESTIMENTOS PORTUARIOS | I | I | 600.000 | I4105I |
| 2728 | IGERENCIAMENTO DAS OPERACOES IPORTUARIAS | I | I | 900.000 | I4105I |
| T O T A L | | | | 1.500.000 | I |

MENSAGEM Nº 155/94

Governador do Estado

Curitiba, 28.11.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com pagamentos devidos por sentenças judiciais - Justiça do Trabalho e INSS.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica inalterado o Demonstrativo da Receita.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| I SUPLEMENTAÇÃO | | ANEXO I | | FL. 01 | |
|-----------------|--|----------------------|--------|-----------|--------|
| DA DESPESA | | ANEXO | | R\$ 1,00 | |
| ICODIGO | ESPECIFICACAO | INATUREZA DA DESPESA | ILITID | VALOR | IN DO |
| 4400 | ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS | 1 | 1 1 1 | | |
| 4492 | IADMINISTRACAO DOS PORTOS DE IPARANAGUA E ANTONINA - APPA | 1 | 1 1 1 | | |
| 2728 | IGERENCIAMENTO DAS OPERACOES PORTUARIAS | 1 | 1 1 1 | | |
| TOTAL | | | | 2.200.000 | 141041 |

| I CANCELAMENTO | | ANEXO II | | FL. 01 | |
|----------------|--|----------------------|--------|-----------|--------|
| DA DESPESA | | ANEXO | | R\$ 1,00 | |
| ICODIGO | ESPECIFICACAO | INATUREZA DA DESPESA | ILITID | VALOR | IN DO |
| 4400 | ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS | 1 | 1 1 1 | | |
| 4492 | IADMINISTRACAO DOS PORTOS DE IPARANAGUA E ANTONINA - APPA | 1 | 1 1 1 | | |
| 1047 | IINVESTIMENTOS PORTUARIOS | 1 | 1 1 1 | | |
| TOTAL | | | | 2.200.000 | 141041 |

MENSAGEM Nº 156/94

Curitiba, 28.11.94.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, na Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, os 436 (quatrocentos e trinta e seis) cargos de provimento efetivo que especifica, para serem utilizados pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, em seus quatro centros universitários, localizados em Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon.

A medida legal em apreço, proposta pelos Senhores Secretários de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e da Administração e por mim ratificada, consulta aos superiores interesses da Administração, tendo em vista o resultado de estudos conjuntos realizados por órgãos técnicos do Poder Executivo, concluindo pela real necessidade da criação dos referidos cargos para dotar a mencionada instituição de ensino superior dos recursos humanos necessários ao pleno desenvolvimento de suas atividades.

Convém ressaltar, ainda, que o número de cargos propostos respalda-se no dimensionamento de pessoal para a UNIOESTE, prevista pela Secretaria de Estado da Administração.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados, na Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, os 377 (trezentos e setenta e sete) cargos de provimento efetivo relacionados no Anexo desta lei.

Art. 2º - Ficam criados, na carreira de docentes de ensino superior, 59 (cinquenta e nove) cargos de provimento efetivo, de Professor de Ensino Superior.

Art. 3º - As atribuições e os pré-requisitos exigidos para cada categoria funcional serão definidos em regulamento aprovado por Decreto.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO DE QUE TRATA O ARTIGO 1º

GRUPO OCUPACIONAL - PROFISSIONAL

| CARGO/DENOMINAÇÃO | PADRÃO/ CLASSE | QTDE. |
|---|-------------------|-------|
| Anal. de Sistemas I-III | JA | 02 |
| Bibliotecário I-III | JA | 02 |
| Jornalista I-III | JA | 03 |
| Téc. de Planejamento I-III | JA | 05 |
| Téc. de Sist. de Informa- ções I-III | JA | 08 |
| Téc. de Rec. Humanos I-III | JA | 05 |
| Eng. Agrônomo I-III | JA | 02 |
| Téc. de Finanças I-III | JA | 05 |
| Administrador I-III | JA | 01 |
| Eng. Civil I-III | JA | 01 |

GRUPO OCUPACIONAL - INTERMEDIÁRIO

| CARGO/DENOMINAÇÃO | CÓDIGO | PADRÃO/ CLASSE | QTDE. |
|------------------------------|--------|-------------------|-------|
| Almoxarife | | EA | 05 |
| As. de Proces. de Dados II | | FA | 19 |
| Aux. de Labor. e Anál. Clín. | | EA | 07 |
| As. de Proces. de Dados | | FA | 04 |
| Restaurador Bibliográfico | | FA | 08 |
| Téc. de Anat. e Necrópsia | | HA | 02 |
| Téc. de Contabilidade | | HA | 13 |
| Téc. de Laboratório | | HA | 30 |
| Téc. de Labor. e Anál. Clín. | | HA | 03 |
| Tesoureiro | | HA | 04 |
| Téc. de Audiovisual | | FA | 02 |
| Téc. de Arquivo | | GA | 01 |
| Téc. de Agropecuária | | HA | 08 |
| Aux. de Produção Gráfica | | DA | 04 |
| Desenhista Projetista | | HA | 01 |
| Operador Gráfico III | | EA | 02 |

GRUPO OCUPACIONAL - APOIO

| CARGO/DENOMINAÇÃO | PADRÃO/ CLASSE | QTDE. |
|---|-------------------|-------|
| Aux. de Bibliotecário | EA | 14 |
| Aux. Administrativo | EA | 77 |
| Aux. de Produção e Experi- mentação Agropecuária | CA | 15 |
| Digitador | EA | 05 |
| Motorista | FA | 11 |
| Operador de Câmera | GA | 03 |
| Operador Copiadora | CA | 08 |
| Operador Computador | GA | 07 |
| Operário Rural | BA | 08 |
| Porteiro | CA | 06 |
| Servente | BA | 29 |
| Telefonista | DA | 04 |
| Vigia | CA | 23 |

| | | |
|--------------------------|----|----|
| Aux.de Laboratório | EA | 06 |
| Oficial de Manutenção II | DA | 01 |
| Operador de Equip.Pesado | FA | 02 |
| Carpinteiro | EA | 02 |
| Eletricista | FA | 02 |
| Encanador | EA | 02 |
| Pedreiro | EA | 04 |
| Pintor | EA | 01 |

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 157/94

Curitiba, 02.12.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a subscrever aumento de capital do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, no montante de até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), mediante a transferência de ações preferenciais nominativas da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, de propriedade do Estado do Paraná.

A proposta ora encaminhada, consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que visa tornar aquela instituição financeira cada vez mais forte, competitiva e bem estruturada, para fazer frente à atual conjuntura econômica. Nesta linha, e dentre outras medidas a serem adotadas, sua Diretoria, opinando pela necessidade imediata da elevação de seu capital social, assevera:

"A par das conhecidas necessidades e vantagens do ingresso de recursos, via subscrição de ações, destaca-se a alavancagem financeira do Banco e de suas Empresas Coligadas e Controladas, com a consequente ampliação das margens operacionais, fatores condicionantes de crescimento e solidificação do fluxo de rentabilidade, visando a continuidade do crescimento e desenvolvimento do setor Financeiro Estadual.

Tendo em vista a implantação, por parte do Banco Central do Brasil, de novos parâmetros de avaliação das instituições financeiras - Acordo de Basiléia -, o qual exige maior capitalização das instituições, objetivando ajustar a estrutura de Patrimônio Líquido com a Estrutura de seus Ativos, faz-se oportuno e necessário o referido aumento."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a subscrever aumento de capital social do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, no montante de até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

§ 1º - A integralização da subscrição referida no "caput" deste artigo dar-se-á mediante a transferência ao BANESTADO de ações preferenciais nominativas da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, de propriedade do Estado do Paraná.

§ 2º - A quantidade de ações necessárias ao aumento de capital de que trata esta lei será estabelecido na data da integralização, utilizando-se como parâmetro o maior valor de fechamento nos pregões das Bolsas de Valores dos Estados de São Paulo Rio de Janeiro e Paraná.

Art. 2º - As ações utilizadas especificamente para esta subscrição não poderão ser alienadas pelo Banco do Estado do Paraná S/A, antes de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da subscrição, exceto quando se tratar de operação realizada junto ao mercado futuro.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações orçamentárias decorrentes desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 158/94

Curitiba, 02.12.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.747.599,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e noventa e nove reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com precatórios.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio órgão e do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito su-

plementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 2.747.599,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e noventa e nove reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de

cancelamentos de dotações, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos V e VI desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| I SUPLEMENTACAO | | A N E X O I | | FL. 01 | | |
|--------------------|-------------------------------|-------------|------------|-----------|--|----------|
| I DA DESPESA ANEXO | | | | RS 1,00 | | |
| | | | | | | |
| I | I | INATUREZA | ILI | | | IN.DOI |
| ICODIGO | ESPECIFICACAO | I DA | IFTIDI | VALOR | | IPROCI |
| I | I | IDESPESA | I IRI | | | ICOP I |
| I 4500 | ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO | I | I I I | | | I I |
| I | I AMBIENTE | I | I I I | | | I I |
| I | I | I | I I I | | | I I |
| I 4502 | IGABINETE DO SECRETARIO - | I | I I I | | | I I |
| I | I ENTIDADES VINCULADAS | I | I I I | | | I I |
| I 2657 | I PROGRAMACAO A CARGO DO IAP | I 3211.03 | I 00 I I I | 2.747.599 | | I 4286 I |
| T O T A L I | | | | 2.747.599 | | I |

| I CANCELAMENTO | | A N E X O I I | | FL. 01 | | |
|--------------------|------------------------------------|---------------|------------|-----------|--|----------|
| I DA DESPESA ANEXO | | | | RS 1,00 | | |
| | | | | | | |
| I | I | INATUREZA | ILI | | | IN.DOI |
| ICODIGO | ESPECIFICACAO | I DA | IFTIDI | VALOR | | IPROCI |
| I | I | IDESPESA | I IRI | | | ICOP I |
| I 2100 | ISECRETARIA DE ESTADO DA | I | I I I | | | I I |
| I | I ADMINISTRACAO | I | I I I | | | I I |
| I | I | I | I I I | | | I I |
| I 2102 | IGABINETE DO SECRETARIO - | I | I I I | | | I I |
| I | I ENTIDADES VINCULADAS | I | I I I | | | I I |
| I 2712 | I PROGRAMACAO A CARGO DO IPE | I 4311.01 | I 00 I R I | 384.599 | | I 4286 I |
| I | I | I | I I I | | | I I |
| I 4500 | ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO | I | I I I | | | I I |
| I | I AMBIENTE | I | I I I | | | I I |
| I | I | I | I I I | | | I I |
| I 4502 | IGABINETE DO SECRETARIO - | I | I I I | | | I I |
| I | I ENTIDADES VINCULADAS | I | I I I | | | I I |
| I 1077 | I PROGRAMA PARANA-RURAL/BIRD - IAP | I 3211.03 | I 00 I R I | 240.000 | | I 4286 I |
| I | I | I 4311.01 | I 00 I R I | 515.000 | | I 4286 I |
| I 2657 | I PROGRAMACAO A CARGO DO IAP | I 3211.03 | I 00 I R I | 1.182.000 | | I 4286 I |
| I | I | I 4311.01 | I 00 I R I | 426.000 | | I 4286 I |
| T O T A L I | | | | 2.747.599 | | I |

| SUPLEMENTACAO | | A N E X O | | I I I | | FL. 02 | |
|---------------|----------------------------------|-----------|---------|--------|-----------|-----------|--------|
| DA DESPESA | | ANEXO | | | | RS 1,00 | |
| ICODIGO | ESPECIFICACAO | INATUREZA | DA | IFTIDI | VALOR | IN.DO | IPROCI |
| I | I | IDESPESA | I | IRI | | ICOP | |
| I 4600 | ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO | I | I | I I | | I | I |
| I | IAMBIENTE ENTIDADES VINCULADAS | I | I | I I | | I | I |
| I | I | I | I | I I | | I | I |
| I 4696 | IINSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - | I | I | I I | | I | I |
| I | IIAP | I | I | I I | | I | I |
| I 2465 | IADMINISTRACAO GERAL E POLITICAS | I | I | I I | | I | I |
| I | I DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS | I | I | I I | | I | I |
| I | I HIDRICOS, CARTOGRAFIA E | I | I | I I | | I | I |
| I | IFUNDIARIA | I | 3191.00 | I00ILI | 2.747.599 | I42861 | |
| T O T A L | | | | | I | 2.747.599 | I |

| CANCELAMENTO | | A N E X O | | I V | | FL. 02 | |
|--------------|-----------------------------------|-----------|---------|--------|---------|-----------|--------|
| DA DESPESA | | ANEXO | | | | RS 1,00 | |
| ICODIGO | ESPECIFICACAO | INATUREZA | DA | IFTIDI | VALOR | IN.DO | IPROCI |
| I | I | IDESPESA | I | IRI | | ICOP | |
| I 2200 | ISECRETARIA DE ESTADO DA | I | I | I I | | I | I |
| I | IADMINISTRACAO - ENTIDADES | I | I | I I | | I | I |
| I | IVINCULADAS | I | I | I I | | I | I |
| I | I | I | I | I I | | I | I |
| I 2254 | IINSTITUTO DE PREVIDENCIA E | I | I | I I | | I | I |
| I | IASSISTENCIA AOS SERVIDORES DO | I | I | I I | | I | I |
| I | IESTADO DO PARANA - IPE | I | I | I I | | I | I |
| I 2715 | IASSISTENCIA MEDICA AOS SEGURADOS | I | I | I I | | I | I |
| I | IDO IPE | I | 4121.00 | I00IRI | 384.599 | I42861 | |
| I | I | I | I | I I | | I | I |
| I 4600 | ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO | I | I | I I | | I | I |
| I | IAMBIENTE ENTIDADES VINCULADAS | I | I | I I | | I | I |
| I | I | I | I | I I | | I | I |
| I 4696 | IINSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - | I | I | I I | | I | I |
| I | IIAP | I | I | I I | | I | I |
| I 1165 | IPROGRAMA PARANA-RURAL/BIRD - IAP | I | 3132.10 | I00IRI | 80.000 | I42861 | |
| I | I | I | 3132.15 | I00IRI | 160.000 | I42861 | |
| I | I | I | 4110.00 | I00IRI | 350.000 | I42861 | |
| I | I | I | 4121.00 | I00IRI | 165.000 | I42861 | |
| I 2465 | IADMINISTRACAO GERAL E POLITICAS | I | I | I I | | I | I |
| I | I DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS | I | I | I I | | I | I |
| I | I HIDRICOS, CARTOGRAFIA E | I | I | I I | | I | I |
| I | IFUNDIARIA | I | 3132.03 | I00IRI | 96.000 | I42861 | |
| I | I | I | 3132.05 | I00IRI | 96.000 | I42861 | |
| I | I | I | 3132.06 | I00IRI | 193.000 | I42861 | |
| I | I | I | 3132.07 | I00IRI | 71.000 | I42861 | |
| I | I | I | 3132.10 | I00IRI | 678.000 | I42861 | |
| I | I | I | 3280.00 | I00IRI | 48.000 | I42861 | |
| I | I | I | 4110.00 | I00IRI | 19.000 | I42861 | |
| I | I | I | 4121.00 | I00IRI | 382.000 | I42861 | |
| I | I | I | 4130.00 | I00IRI | 25.000 | I42861 | |
| T O T A L | | | | | I | 2.747.599 | I |

| I SUPLEMENTACAO | | A N E X O V | | FL. 04 | | I | |
|-----------------|---|--|--------|-----------|--------|---|--|
| I DA RECEITA | | ANEXO | | RS 1,00 | | I | |
| I CODIGO | I | ESPECIFICACAO | I FT I | VALOR | IPROCI | | |
| I | | ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE | I I | | I I | | |
| I | | IENTIDADES VINCULADAS | I I | | I I | | |
| I | | I | I I | | I I | | |
| I | | IINSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP | I I | | I I | | |
| I1712.49.00 | | IRECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO | I 00 I | 1.325.599 | I4286I | | |
| T O T A L | | | I | 1.325.599 | I | | |

| I CANCELAMENTO | | A N E X O V I | | FL. 04 | | I | |
|----------------|---|--|--------|-----------|--------|---|--|
| I DA RECEITA | | ANEXO | | RS 1,00 | | I | |
| I CODIGO | I | ESPECIFICACAO | I FT I | VALOR | IPROCI | | |
| I | | ISECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO | I I | | I I | | |
| I | | I- ENTIDADES VINCULADAS | I I | | I I | | |
| I | | I | I I | | I I | | |
| I | | IINSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIAI | I I | | I I | | |
| I | | IAOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARANA - | I I | | I I | | |
| I | | I IPE | I I | | I I | | |
| I1712.49.00 | | IRECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO | I 00 I | 384.599 | I4286I | | |
| I | | I | I I | | I I | | |
| I | | ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE | I I | | I I | | |
| I | | IENTIDADES VINCULADAS | I I | | I I | | |
| I | | I | I I | | I I | | |
| I | | IINSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP | I I | | I I | | |
| I2412.49.00 | | IRECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO | I 00 I | 941.000 | I4286I | | |
| T O T A L | | | I | 1.325.599 | I | | |

Ofícios:

Sob o nº DTL/SAT/282/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 183/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, por julgá-lo contrário ao interesse público. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/283/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 280/94, de autoria do Deputado Caíto Quintana, por julgá-lo contrário ao interesse público. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/284/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 220/94, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, por revestir-se de flagrante inconstitucionalidade. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT/285 a 293/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

267/94: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública a Fundação Serafim Meneghel, com sede e

foro na cidade de Bandeirantes, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.939. Anote-se - Arquite-se.

200/94: De autoria do Deputado Carlos Simões que, declara de Utilidade Pública a Associação para o Menor - AMEN, com sede e foro no Município de São João do Triunfo, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.940. Anote-se - Arquite-se.

270/94: De autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social e Recuperação do Lar Vale da Benção, com sede e foro na cidade de Curitiba - PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.941. Anote-se - Arquite-se.

285/94: De autoria do Deputado Arlindo Troian que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Anne Sullivan, com sede e foro em Guarapuava - Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.942. Anote-se - Arquite-se.

286/94: De autoria do Deputado Arlindo Troian que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especializada "Cantinho Feliz", com sede e foro em Jandaia do Sul, Estado do Paraná, o

qual convertido em Lei tomou o nº 10.943.
Anote-se - Arquive-se.

287/94: De autoria do Deputado José Tavares que, declara de Utilidade Pública a Creche "Padre Domingos Rovedatti", com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.944. Anote-se - Arquive-se.

298/94: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais, Amigos, Deficientes Visuais ou Deficientes Auditivos, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.945. Anote-se - Arquive-se.

304/94: De autoria do Deputado Renato Adur que, declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Esportivo São Sebastião, com sede e foro no Município de Turvo, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.946. Anote-se - Arquive-se.

614/93: De autoria do Deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Assis Chateaubriand, com sede e foro na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.947. Anote-se - Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2666

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a preferência de discussão e votação aos Projetos de Resoluções nºs 48 e 49/94, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 05.12.94

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2660

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.12.94

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2665

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a retirada do Projeto de Lei nº

225/94, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, da Ordem do Dia de hoje por 3 (três) Sessões.

Sala das Sessões, em 05.12.94

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2667

Senhor Presidente.

Eu, Deputado Nelson Justus, venho a presença de V. Exa., pedir a minha substituição pelo Deputado Lourenço Fregonese, na Comissão Especial constituída para apreciação das Emendas à Constituição do Estado, em trâmite nessa Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.94

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2659

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata da presente Sessão, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Desembargador Jorge Andriguetto, que se deu no dia 03.12.94, sábado, e que o mesmo seja dado conhecimento aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 05.12.94

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2661

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata da presente Sessão, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Desembargador Lauro Lima Lopes, que se deu no dia 02.12.94, sexta-feira, e que o mesmo seja dado conhecimento aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 05.12.94

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2662

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador Jorge Andriguetto, ocorrido no dia 30 de novembro passado, quando encontrava-se na cidade do Rio de Janeiro.

Jorge Andriguetto, nascido em São José dos Pinhais, antes mesmo de formar-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, militava no Judiciário no cargo de escrevente juramentado do Tribunal de Apelação do Paraná.

Formado, ingressou, sempre por concurso público, na carreira do Ministério Público e em seguida, de Juiz de Direito.

Desde 1952 que percorreu as Comarcas do interior paranaense, tendo sido Juiz em

Palmeira, São João do Triunfo, Peabiru e Apucarana.

Promovido em 1965 para a Comarca da Capital foi titular de vários Varas até ser nomeado para o Tribunal de Alçada chegando a presidi-la, de onde em 1978 foi promovido para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça.

Por onde passou Jorge Andriguetto deixou sua marca inconfundível. Como benemérito e homem de ação. Dão notícias desse fato os inúmeros Títulos de Cidadão Honorário que recebeu.

A Assembléia Legislativa associa-se ao pesar de seus familiares e desse fato se requer seja dado conhecimento a D. Paulina Andriguetto, sua amada esposa, e seus filhos Drs. Jorge Andriguetto Júnior, Dr. Paulo César Andriguetto e Dra. Rosana Andriguetto Carvalho.

Sala das Sessões, em 05.12.94

(a) COLOMBINO GRASSANO.

REQUERIMENTO Nº 2664

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente Sessão votos de pesar pelo falecimento do Desembargador Jorge Andriguetto, ocorrido no último dia 30 de novembro, no Rio de Janeiro-RJ.

Nascido em São José dos Pinhais-PR, no dia 12 de junho de 1925, era filho de Antonio Andriguetto e Lúcia Andriguetto.

Jorge Andriguetto, homem de conduta ilibada, grande profissional - um dos pilares paranaenses das lides forenses - e estudioso aplicado e atento do Direito, prestou durante sua vida relevantes serviços ao Paraná.

Formado em Direito, em 1948, pela Universidade Federal do Paraná, iniciou sua carreira em 1944, como escrevente juramentado do cartório do Tribunal de Apelação do Estado do Paraná. Atuou como Promotor Público interino, quando estudante, de São José dos Pinhais e Ipiranga. Foi nomeado para o cargo de Promotor Público em 1951 depois de aprovado em concurso público e exerceu a função nas cidades de São José dos Pinhais, Sengês e Ribeirão Claro.

Submeteu-se ao concurso de Juiz Substituto em dezembro de 1952 e foi nomeado para a seção judiciária de Palmeira com exercício nesta Comarca e nas Comarcas de São Mateus do Sul, Rio Negro e São João do Triunfo. Promovido por merecimento em abril de 1953 assumiu a Comarca de São João do Triunfo e exerceu a judicatura nas Comarcas de Peabiru e Apucarana.

Foi designado para a Comarca de Curitiba em março de 1965. Em 28 de dezembro de 1970 foi nomeado para o cargo de Juiz do Tribunal de Alçada, quando esta Corte de

Justiça era instalada no Paraná. Assumiu o cargo de Desembargador em 13 de junho de 1978 depois de ter sido nomeado em maio daquele ano.

Ele presidiu o Tribunal de Alçada em 1973 e 1977 e a Associação dos Magistrados do Paraná no biênio 82/83. Dirigiu o Tribunal Regional Eleitoral como vice-Presidente em 1981 e como Presidente em 1982. No biênio 87/88 foi vice-Presidente do Tribunal de Justiça. Também foi fundador da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, sendo Diretor de 1954 a 1964 e provedor da Santa Casa de Misericórdia de Apucarana de 1957 a 1961.

Andriguetto foi ainda professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito de Curitiba e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

Deixa viúva a Sra. Paulina Magdalena Cenovicz Andriguetto e três filhos: o Engenheiro Jorge Andriguetto Júnior, o Médico Paulo César Andriguetto e a Juíza de Direito, Rosana Andriguetto Carvalho.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos os seus familiares, amigos, ex-alunos, companheiros e colaboradores, a lembrança e o carinho daquele que fez de sua vida um exemplo de honestidade, trabalho, dedicação e amor à profissão e aos seus semelhantes.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família, enviando votos de profundo pesar à viúva e aos filhos, no seguinte endreço: Rua Teixeira Mendes, 292, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 05.12.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO Nº 2672

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos anais desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do ilustre Desembargador Lauro Lima Lopes, ocorrido no dia 02 de dezembro último, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05.12.94

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Desembargador Lauro Lima Lopes faleceu na última sexta-feira em decorrência de complicações operatórias de cirurgia cardíaca. Formou-se no curso de Direito pela Universidade Federal do Paraná no ano de 1954 tornando-se membro do Ministério Público e logo após ingressou na Magistratura como Juiz Substituto, atuando nas Comarcas de Sengês, Santo Antônio da Platina, Ribeirão do Pinhal, Cornélio Procopio, Bandeirantes, Andaraí e Ibaiti.

Antes de ser promovido ao cargo de

Juiz da Comarca de Curitiba, exerceu sua judicatura nas Comarcas de Ribeirão do Pinhal, Pitanga e Assaí.

Ao ser promovido, por merecimento, ao cargo de Juiz de Direito da Primeira Instância da Comarca de Curitiba, não demorou muito para passar à condição de titular da 13.^a Vara Cível (atualmente 2.^a Vara da Família). Após sua remoção para a 2.^a Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas e desempenho de suas atividades regulares foi nomeado, em 1978, para o Tribunal de Alçada. Neste Tribunal foi eleito também por unanimidade como vice-Presidente. Na data de 17 de fevereiro deste ano foi designado para ocupar vaga de desembargador, a qual assumiu em 16 de março. Ainda exerceu os cargos de vice-Presidente da Associação dos Magistrados em 82 e 84 respectivamente. Em 1986 foi designado como vice-Presidente e Corregedor Eleitoral, sendo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral no ano de 1987.

O povo paranaense perde um grande jurista, deixando viúva Heloísa Carvalho Leite Lopes e os filhos Letícia, Luiz Alberto e Lauro Lima Lopes Júnior.

REQUERIMENTO Nº 2673

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do ilustre paranaense Desembargador LAURO LIMA LOPES, ocorrido à noite do último dia 02 deste mês.

Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e vocacionado para a Magistratura, após ter militado no Ministério Público, ingressou por concurso público nos quadros do Poder Judiciário, onde teve brilhante carreira mercê seu alto saber jurídico.

Percorreu várias Comarcas do interior paranaense e após ter - por merecimento - sido nomeado para o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Curitiba, onde, com o passar dos anos alcançou o Tribunal de Alçada, e em 1981, por antigüidade, passou a ocupar uma vaga de Desembargador.

Deixa como memória do Juiz o brilhantismo dos votos em julgamento que decidiu.

Seus amigos o pranteiam.

Para seus familiares, a dor irreparável de sua perda, mitigada pela certeza de que cumpriu todos seus deveres como homem sério e cristão.

Esta Casa de Leis associa-se à sua família e pede que desta solidariedade se lhes dê comunicação.

Sala das Sessões, em 05.12.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 2674

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos, um Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Desembargador JORGE ANDRIGUETTO, ocorrido no último dia 30 de novembro, na cidade de Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 05.12.94.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Desembargador Jorge Andriguetto foi vitimado por um acidente circulatório fatal quando se encontrava no Rio, cursando os estágios finais do Curso de Estudos sobre Segurança Nacional, na Escola Superior de Guerra, falecendo aos 69 anos de idade.

Ademais das extraordinárias qualidades de magistrado e cidadão, o Desembargador Andriguetto se ligou indelevelmente à História do Paraná quando defendeu, vigorosamente, a unidade territorial do nosso Estado, ameaçada em 1993 por um movimento de cunho separatista que se alimentava de interesses eleiçoeiros manifestos.

Foi de Sua Excelência o contundente pronunciamento feito em sessão plenária do Tribunal de Justiça sob o título: "Aves de Mau Agouro", em que desassombradamente denunciava os pregoeiros da desordem e da desunião e alertava as autoridades e o povo do Paraná a cerrar fileiras em torno da sagrada integridade territorial de nossa terra.

A partir dali o Desembargador Andriguetto, investido na representação do Tribunal, formou o tempo todo na batalha da unidade, participando de eventos públicos, de sessões de mobilização e do movimento que levou à vitória da unidade na memorável sessão de 31 de março de 1993, em que a Câmara dos Deputados sepultou a pretensão separatista.

REQUERIMENTO Nº 2676

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER a inserção, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, de um Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Senhor ANTÔNIO PEREIRA DE REZENDE, ocorrido no último dia 09 do corrente mês.

Requer, outrossim, se dê conhecimento da decisão desta Casa à família enlutada, na pessoa do Doutor Antônio Claret de Rezende.

Sala das Sessões, em 05.12.94.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Causou grande pesar o desaparecimento, após penosa e demorada enfermidade, o do

Senhor Antônio Pereira de Rezende, que era genitor do Doutor ANTONIO CLARET DE REZENDE, Coordenador do Cerimonial deste Poder Legislativo.

O extinto nasceu no dia 20.01.16, em Pouso Alegre, sul de Minas Gerais. Casado com Dona Deolinda Alves de Rezende. O casal teve 10 (dez) filhos, um deles já falecido.

Veio para Londrina no início da década de 50, passando a trabalhar em empresa da família, que já se encontrava no norte do Paraná desde o ano de 1938. Ou seja, desde os primeiros tempo do desbravamento da região. Em 1983, fixou residência em Curitiba, sem perder contato com Londrina, onde ainda reside a maioria dos filhos.

Homem simples, deixou amplo círculo de amizades, tanto na Capital como no norte do Estado. Sem esquecer suas origens mineiras, fincou raízes no Paraná, a exemplo do que já acontecerá com seus pais e irmãos. Seu maior legado foi a dedicação à família e a retidão de caráter, característica de toda uma vida dedicada ao trabalho e à educação dos filhos.

Sensibilizado com o falecimento desse ilustre cidadão, ocorrido no último dia 09 deste mês de novembro, na cidade de Londrina, após prolongada doença, não podemos deixar de fazer este registro.

REQUERIMENTO Nº 2682

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER Voto de Pesar pelo falecimento de REGINALDO DE OLIVEIRA SILVEIRA, ocorrido no dia 28 de novembro, na cidade de Apucarana, vítima de que foi de lamentável acidente automobilístico.

Jovem ainda, juntamente com seus irmão gêmeo Renato, recebiam o amor de seus progenitores, o Vereador Saulo Martins da Silveira e sua esposa D. Eunice de Oliveira Silveira.

Seu pai, líder empresarial e pessoa ligada ao esporte que é - tendo sido inclusive Presidente do Apucarana Futebol Clube - recebeu da população a manifestação de pesar pela morte de seu filho.

Associando-se à dor de seus familiares, requeiro a manifestação desta Assembleia Legislativa e desse fato se dê comunicação ao Vereador Saulo Martins da Silveira e sua esposa, à Av. Minas Gerais, 1971 - Apucarana - PR.

Sala das Sessões, em 05.12.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 2658

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma re-

gimental, REQUER à douta Mesa da Assembleia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de Votos de Louvor e Congratulações à Orquestra Júnior da UFPR, que no último dia 3, por ocasião da Sessão Solene comemorativa aos 70 anos da União dos Escoteiros do Brasil, apresentou um magistral concerto nesta Casa.

A Orquestra, integrada por crianças e adolescentes, sob a regência da Maestrina Hildegard, apresentou-se com perfeição extraordinária na execução de peças clássicas de grande beleza.

O trabalho de formação de músicos - futuros integrantes da Sinfônica da Universidade Federal do Paraná - feito pela Maestrina Hildegard, merece os aplausos e o agradecimento deste Poder Legislativo, pela contribuição inestimável a nossa cultura e formação da geração futura.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dada conhecimento ao Senhor Reitor da Universidade Federal do Paraná, à Maestrina Hildegard e à União dos Escoteiros do Brasil - Região do Paraná - através do Presidente, Vereador Paulo Salamuni.

Sala das Sessões, em 05.12.94.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 2663

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente sessão votos de congratulações e regozijo pelo Jubileu de Prata de Ordenação Sacerdotal de Dom Murilo S.R.Krieger, SCJ, Bispo Diocesano de Ponta Grossa, a realizar-se no próximo dia 07 de dezembro.

Escolhido por Deus para propagar o Seu Nome, Dom Murilo nasceu em Brusque-SC, a 19 de setembro de 1943, sendo o sexto filho de uma família de nove. Seus pais, Oscar e Olga, faleceram quando já era Bispo de Ponta Grossa.

Estudou nos Seminários da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus - Província Brasileira Meridional.

O início de seu ministério pastoral foi em Taubaté, na Paróquia Sagrado Coração de Jesus e no Movimento Shalom (para jovens), que ajudou a fundar. De 1974 a 1979, ainda em Taubaté, foi reitor do Instituto Teológico S.C.J.

Passou o ano de 1980 em Roma, frequentando cursos de espiritualidade na Universidade Gregoriana e no Teresiano.

Em 1981 foi nomeado Superior Provincial em sua Congregação, cargo que ocupou até 1985, quando foi eleito Bispo Auxiliar de Florianópolis pelo Papa João Paulo II. Escolheu como lema episcopal: "Deus caritas est" ("Deus é amor" - I Jo 4,16). Foi

ordenado Bispo por Dom Afonso Niehues, com quem trabalhou até 1991.

João Paulo II o nomeou, a 08 de maio de 1991, para a Diocese de Ponta Grossa; assumiu esta Diocese a 22 de julho de 1991, sucedendo a Dom Antonio Mazzarotto (1930-1965) e a Dom Geraldo M. Pellanda (1965-1991).

Na Congregação Nacional dos Bispos do Brasil CNBB - Regional Sul II - representa os Bispos junto aos Seminários e aos Presbíteros.

Cumprindo os desígnios de Deus, Dom Murilo segue seu caminho desenvolvendo sua missão evangelizadora com amor, fé e tenacidade, guiando seu rebanho rumo aos céus. E, acreditando na importância da evangelização através dos meios de comunicação, escreve em jornais e revistas, publica livros (por ocasião de seu Jubileu de Prata Sacerdotal está sendo editado pelas Edições Loyola seu último livro: "Alegre-se: Deus é amor!"), grava programas televisivos ("Anunciamos Jesus", "A Palavra de Deus", introdução à Santa Missa Diocesana) e radiofônicos ("Um novo céu e uma nova terra", transmitido semanalmente por nove emissoras).

Assim sendo, o Parlamentar que este subscreve, não poderia deixar de regozijar-se e partilhar com a comunidade pontagrossense e da região, a alegria de comemorar o Jubileu de Prata de Ordenação Sacerdotal de Dom Murilo que, a exemplo do Mestre Jesus Cristo, vem orientando, amando e semeando virtudes em nossos corações. Requer, ainda, seja dada ciência ao Bispo Diocesano de Ponta Grossa - Dom Murilo S.R. Krieger, através da Cúria Diocesana de Ponta Grossa - Caixa Postal: 394 - 84.001 Ponta Grossa - Paraná.

Sala das Sessões, em 05.12.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO Nº 2647

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhada sugestão ao Poder Executivo nos seguintes termos:

I - Abertura de crédito suplementar ou remanejamento de rubricas orçamentárias do exercício de 1994 com finalidade de repassar recursos aos municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

II - O critério adotado seria repassado da seguinte forma:

A - até 10.000 habitantes, repasse de R\$ 20.000,00

B - 10.000 até 20.000 habitantes, repasse de R\$ 30.000,00

C - 20.000 até 40.000 habitantes, repasse de R\$ 40.000,00

III - A aplicação de tais recursos é

exclusivamente para pagamento do 13º salário do funcionalismo público municipal e serão repassados até o dia 15 de dezembro do corrente ano.

IV - O montante total dos recursos não excederá a 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

V - Os municípios beneficiados estarão obrigados a prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias à Secretaria de Estado da Fazenda.

Sala das Sessões, em 05.12.94

(a) JOSÉ ARTHUR RITTI

REQUERIMENTO Nº 2652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, para que medidas sejam tomadas em relação ao tráfico de drogas existente nas imediações das Praças do Atlético e Ouvidor Pardini e que se repete diariamente, aterrorizando os moradores daquele local.

Sala das Sessões, em 05.12.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Segundo denúncias de moradores das localidades acima citadas, cenas deprimentes de cidadãos relacionados ao uso e tráfico de drogas, vêm ocorrendo dia e noite naquelas imediações tornando o fato mais grave ainda, por se tratar de um número grande de menores que participam desta brutalidade. Providências devem ser tomadas imediata e energicamente, sem o que, correremos o risco de comprometer a segurança das famílias que ali residem.

REQUERIMENTO Nº 2653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Superintendente da Polícia Federal, para que medidas sejam tomadas em relação ao tráfico de drogas existente nas imediações das Praças do Atlético e Ouvidor Pardini e que se repete diariamente, aterrorizando os moradores daquele local.

Sala das Sessões, em 05.12.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Segundo denúncias de moradores das localidades acima citadas, cenas deprimentes de cidadãos relacionados ao uso e tráfico de drogas, vêm ocorrendo dia e noite naquelas imediações tornando o fato mais grave ainda, por se tratar de um número grande de menores que participam desta brutalidade. Providências devem ser tomadas imediata e energicamente, sem o que, correremos o risco de comprometer a segu-

rança das famílias que ali residem.

REQUERIMENTO Nº 2654

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de resolver o problema que vem ocorrendo na Av. das Torres, conforme cópia de nosso requerimento LCM/AL/6705/94, o qual anteriormente já foi enviado ao DER e o mesmo nos informou, através dos Ofícios de nºs 825/94-AT e ATCC 7551/94 (cópias anexas), que a solução é de competência daquela municipalidade, tendo em vista o local apontado estar sob sua jurisdição. Pedimos análise do fato exposto e que sejam tomadas medidas visando uma maior segurança aos motoristas.

Sala das Sessões, em 05.12.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2655

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, solicitando a instalação de telefone público comunitário na Rua Romeu Bach, em frente ao número 195 (entre Ruas Cadete Reno Guido Longo Jr e Willian Booth) no Bairro do Boqueirão.

Que do teor do presente se dê ciência ao Senhor Otávio Clemente da Silva (Rua Salvador de Ferrante, nº 795), nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05.12.94

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme poderá ser verificado pelos termos do abaixo-assinado anexo, os moradores da região descrita acima reivindicam a reinstalação do telefone público que os atendia, no endereço mencionado, por ser de considerável utilidade, sobretudo, em situações de emergência.

REQUERIMENTO Nº 2656

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público comunitário (com ramais nas unidades habitacionais) na Rua Principal I e na Principal II, na Planta Parafuso, Bairro Alto, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05.12.94

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Solicitação no mesmo sentido já foi encaminhada à TELEPAR, que determinou o levantamento da situação para verificação de viabilidade técnica. Entretanto, a demora no atendimento ao solicitado fez com que os moradores organizassem novo abaixo-assinado (anexo), reafirmando o pedido. Justificamos, novamente, tratar-se de população carente, sem recursos para locação ou aquisição de terminais particulares junto à TELEPAR.

REQUERIMENTO Nº 2657

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, solicitando a instalação de telefone público comunitário na sede da Associação de Moradores Jardim Nossa Senhora de Fátima, nesta Capital.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Sr. Marins L. Sampaio (Rua N. Sra. de Fátima, nº 06 - Jardim N. Sra. de Fátima - Abranches), nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05.12.94

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme poderá ser verificado pelo expediente anexo, da Associação de Moradores Jardim Nossa Senhora de Fátima, a população local tem sido penalizada com a distância considerável do único telefone instalado na área, de aproximadamente um quilômetro.

Por esta razão, pedem os moradores, a instalação de mais um aparelho, se possível, em frente à sede da Associação, na rua N. Sra. de Fátima, nº 06, Abranches, nesta Capital.

REQUERIMENTO Nº 2678

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Artur Claudino dos Santos - Bairro Novo B - Sítio Cercado 6, os quais solicitam a instalação de um telefone público em frente à Mercearia Marineli, localizada no nº 1043 dessa rua.

Pedem eles que a solicitação seja atendida pois será de grande valia para todos os moradores do bairro.

Sala das Sessões, em 05.12.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2679

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de executar a limpeza das valetas da Rua Loanda, em frente a Fábrica Macolé, ao lado da Av. Maringá, devido as mesmas encontrarem-se entupidas, cheias de detritos, causando um mau cheiro insuportável.

O pedido está sendo feito pelos moradores das proximidades, tendo em vista que toda a comunidade está propensa a contração de doenças, além dos vários transtornos que são causados a todos.

Sala das Sessões, em 06.12.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2680

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender a reivindicação dos usuários do ônibus Colônia Freitas - Belo Rincão, os quais solicitam que o mesmo volte a ter o seu ponto final nas proximidades do Terminal Guadalupe, tendo em vista que o novo ponto, perto da Igreja do Perpétuo Socorro, vem dificultando muito a vida deles. É um local muito escuro à noite, com muitas árvores na rua, sem residências por perto, sem segurança nenhuma para os usuários, além de ser um local muito longe do centro, principalmente para aqueles que trabalham à noite e têm que pegar um outro ônibus para lá chegar.

Pedem eles que a solicitação seja atendida, uma vez que muitos trabalhadores e estudantes utilizam esse ônibus no horário da noite, estão enfrentando todos os problemas expostos e encontram-se apreensivos que algum acontecimento mais grave possa ocorrer.

Sala das Sessões, em 05.12.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2681

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, solicitando a instalação de telefone público comunitário na Creche Pingo de Gente, localizada na Rua dos Uirapurus, nº 15, Novo Mundo, nesta Capital.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Senhor Antonio de Oliveira Lima, no en-

dereço supramencionado.

Sala das Sessões, em 05.12.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de reivindicação encaminhada pelo Clube de Mães Gralha Azul, entidade mantenedora da Creche Pingo de Gente, que atende a mais de 90 crianças em regime de semi-internato.

O telefone público viria suprir a necessidade da creche em estabelecer comunicações telefônicas principalmente em casos de emergência, considerando que o telefone mais próximo está localizado a aproximadamente um quilômetro e constantemente apresenta defeitos.

REQUERIMENTO Nº 2670

Senhor Presidente.

REQUER, na forma de suas atribuições legais, o Deputado que este subscreve, à douta Mesa Executiva da Assembléia, a transcrição nos Anais da Casa, dos discursos que foram proferidos, respectivamente, por este Deputado requerente, em nome deste Poder Legislativo e pelo Vereador Paulo Salamuni, na condição de Presidente da União dos Escoteiros do Brasil - Região do Paraná, por ocasião da Sessão Solene realizada no último dia 3, no Plenário deste Legislativo, em comemoração dos 70 anos de existência da União dos Escoteiros do Brasil.

Sala das Sessões, em 05.12.94.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 2675

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo o relatório da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 29.322-3, de Curitiba (Acórdão 2141-OE e declaração de voto em separado do eminente Desembargador Wilson Reback), bem como distribuição de cópias entre todos os Senhores Deputados Estaduais com assento neste poder.

Sala das Sessões, em 05.12.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Pronunciamento em anexo.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 418/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada a "Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná", integrada pelos seguintes Municípios: Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu, Gua-

raniaçu, Cantagalo, Virmond, Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu, Diamante do Sul, Saudade do Iguaçu, Sulina, Marquinho e Espigão Alto.

Art. 2º - Fica designada para sede da Região do Médio Centro-Oeste do Paraná o Município de Laranjeiras do Sul.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A necessidade da criação da "Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná", justifica-se pelos motivos alegados na documentação enviada pelos Senhores Prefeitos (documento anexo), da referida região, demonstrando as dificuldades ora existentes. Visa o presente projeto não esvaziar ou desprestigiar as microrregiões a que pertencem estes municípios, mas sim, buscar descentralizar o próprio desenvolvimento, considerando-se que os referidos municípios pertencem a quatro microrregiões.

Propomos a sede da Região no Município de Laranjeiras do Sul, levando em consideração a sua localização geográfica e os órgãos estaduais e federais já instalados no município.

A inclusão de Marquinho e Espigão Alto, ocorre pelo fato de já estar autorizada a criação dos mesmos.

Com a criação da Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná, acarretará em inúmeros benefícios para as administrações municipais, proporcionando maiores possibilidades de desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 157/94, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a subscrever aumento de capital do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, no montante de até R\$...... 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), mediante a transferência de ações preferenciais nominativas da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, de propriedade do Estado do Paraná. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Mensagem nº 158/94, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei

que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.747.599,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e noventa e nove reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, aprovada pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com precatórios. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente, solicitando sua substituição pelo Sr. Deputado Lourenço Fregonese, na Comissão Especial constituída para apreciação das Emendas à Constituição do Estado, em trâmite nessa Casa de Leis. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Resolução nºs 48 e 49/94, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 28

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 04/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Carambei. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 29

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 049/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização do plebiscito no Distrito de Porto Novo, a ser desmembrado do Município de Adrianópolis, com limites e confrontações conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos ao restante da matéria.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 219/94, que institui normas gerais sobre sorteios da modalidade denominada "Bingo" e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 219/94

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - A realização de sorteios destinados a angariar recursos para o fomento de desporto, dentro dos limites territoriais do Estado do Paraná dependerá de prévia autorização do Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR.

Parágrafo Único - Os sorteios ou similares realizados fora das condições estabelecidas nesta Lei ficam subordinados aos dispositivos da Lei nº 5768, de 20 de dezembro de 1971 e do Decreto nº 70.951 de 09 de agosto de 1972, mesmo quando se tratar de entidade desportiva, de administração ou de prática, buscando recursos para o fomento do desporto.

Art. 2º - A autorização para a realização do sorteio, exigida no artigo anterior, somente será concedida às pessoas jurídicas de natureza desportiva, previamente credenciadas, que comprovem estar quites com os tributos federais, com a seguridade social e com os tributos estaduais e municipais da sede da pessoa jurídica.

Parágrafo Único - A entidade desportiva autorizada poderá utilizar da sociedade comercial para administrar a realização de sorteio, mediante contrato registrado no Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR.

Art. 3º - A forma de comprovação de atividade e participação em competições oficiais de que trata o art. 57, da Lei nº 8.672, de 1993, para efeito de credenciamento mencionado no artigo anterior, será fornecida, no mínimo, por:

I - Entidades de administração do desporto do Estado do Paraná e seus municípios, comprovando a atuação regular e continuada na gestão da modalidade em sua área de atuação, com a realização de todas as competições oficiais obrigatórias do calendário, fornecido pelo órgão público legalmente incumbido da coordenação do sistema de desportos no Estado do Paraná.

II - Das entidades de prática, comprovante de filiação em entidades de administração de quaisquer dos sistemas do desporto e declaração de participação efetiva na última competição oficial concluída em, no mínimo, três modalidades olímpicas, fornecidas pelas entidades de administração a que se referirem.

Art. 4º - O total dos recursos arrecadados em cada sorteio terá a seguinte destinação:

I - Sessenta e quatro por cento para premiação, incluída a parcela correspondente ao imposto sobre a renda e outros eventuais tributos;

II - Um por cento para a administração

dos serviços pela SERLOPAR;

III - Trinta e cinco por cento para a entidade desportiva autorizada a aplicar em projetos ou atividades de fomento do desporto e custear as despesas de administração e divulgação.

Art. 5º - Em qualquer hipótese, a autorização para a realização dos sorteios, de que trata o art., 1º desta Lei, dependerá de prévia aprovação dos recursos obtidos conforme dispõe o inciso III do artigo anterior.

Art. 6º - Os sorteios mencionados no Art. 1º desta Lei ficam restritos à utilização das seguintes modalidades lotéricas:

I - BINGO: Loteria em que se sorteiam, ao acaso, números de 01 até 90, mediante sucessivas extrações, até que um ou mais concorrentes atinja(m) o objetivo previamente determinado, utilizando processo isento de contato humano que assegure integral lisura aos resultados;

II - SORTEIO NUMÉRICO: Sorteio de números, tendo por base os resultados das loterias Federal e do Estado do Paraná;

III - BINGO PERMANENTE: a mesma modalidade prevista no inciso I, com a autorização para ser aplicada nas condições específicas nesta Lei;

IV - SIMILARES: outras modalidades previamente aprovadas com aplicação restrita no âmbito do Estado do Paraná.

§ 1º - Os sorteios da modalidade BINGO e SORTEIO NUMÉRICO poderão ser articulados com a realização de eventos desportivos, sendo obrigatória, nesses casos, a entrega dos prêmios aos vencedores, durante as competições.

§ 2º - Nos sorteios das modalidades BINGO PERMANENTE, as entidades autorizadas obrigam-se a instalar sala de BINGO com capacidade de, no mínimo, 500 participantes sentados, com horário de funcionamento determinado, em sua sede ou fora dela, mas sempre sob exclusiva responsabilidade que disponha do sistema de extração de números requerido bem como dos sistemas de circuito fechado de televisão e de difusão de som, que permitam a todos os participantes perfeita visibilidade de cada procedimento dos sorteios, e de seu permanente acompanhamento. É permitido o uso de sistemas eletrônicos, de comprovada segurança, que possibilitem o total controle da arrecadação e do pagamento dos prêmios.

§ 3º - Os salões de BINGO PERMANENTE poderão funcionar com sessões diárias programadas para a realização de diversos e sucessivos sorteios, integrados ou independentes uns dos outros.

§ 4º - É vedada a venda de cartelas fora dos salões de BINGO PERMANENTE.

§ 5º - Os sorteios de modalidades similares poderão ocorrer por processos eletrônicos de comprovada segurança e previamente aprovados pelo Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR.

Art. 7º - Ao final de cada sorteio serão distribuídos os respectivos prêmios, cujo valor total corresponderá ao previsto no inciso I do Art. 4º desta Lei e cuja natureza - dinheiro, cheque, bens ou serviços - precisamente discriminada, sendo de prévio conhecimento de todos os participantes.

§ 1º - Em qualquer caso, os participantes premiados terão prazo de até noventa dias para reclamar seus prêmios, findo do qual serão entregues ao Governo do Estado do Paraná para doá-los a entidades filantrópicas.

§ 2º - As sessões de sorteio serão registradas em ata redigida simultaneamente com a sua realização ou por processos informatizados de comprovada segurança que arquivem as informações pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias após a realização de cada evento.

Art. 8º - É vedado o acesso de menores de 18 anos de idade no ambiente dos sorteios do Bingo Permanente.

Art. 9º - O Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, fiscalizará as entidades que realizarem os sorteios autorizados, conforme previsto no art. 1º desta lei, sujeitando os que não cumprirem o plano de distribuição de prêmios ou desvirtuarem sua finalidade, às seguintes penalidades, cumulativamente:

- I - Cassação de autorização;
- II - Proibição de realizar novos sorteios pelo prazo de cinco anos;
- III - Perda dos bens prometidos em prêmio, se estes ainda não tiverem sido entregues, ou multa igual ao valor dos mesmos, nunca inferior a 50 reais a serem recolhidos à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, se os prêmios já tiverem sido entregues ou não forem encontrados.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.11.94.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Apoiamento: José Arthur Ritti e João Iensen.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 327/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, o Projeto de Lei nº 327/94, tem

por finalidade dar nova redação ao Art. 2º e 3º da Lei Estadual nº 9141 de 07.12.89. (doação do imóvel ao Município de Primeiro de Maio).

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 327/94

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Severino Félix Pessoa, o projeto de lei em análise objetiva dar nova redação ao artigo 2º e 3º da Lei Estadual nº 9141 de 07.12.89. (doação de imóvel ao Município de Primeiro de Maio).

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça que se pronunciou favorável à aprovação da mesma.

Assim sendo, esta douta Comissão Técnica segue o entendimento daquela Comissão, recebendo, portanto, o presente projeto de lei, parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 23.11.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Estou aproveitando a ocasião para comunicar que no próximo dia 15 às 15 horas, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, com base naquele meu projeto de resolução em cima da questão dos bingos, nós estaremos fazendo um debate público trazendo as entidades esportivas até Curitiba, do interior, os líderes de futebol, Secretaria de Esporte e Lazer das Prefeituras dos municípios, com a presença, aqui, do Deputado Márcio Braga, que foi um dos autores da Lei Zico. Então, dia 15 às 15:00 horas aqui no Plenarinho da Assembléia.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Para registrar o voto contrário da Bancada do PT a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Passuti) - ao Projeto nº 219/94. Registre-se o voto contrário da Bancada do PT.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 055/91, que transforma a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em autarquia, dotada, nos ter-

mos do art. 7º, inciso I da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987, de personalidade jurídica de direito público, autonomies de gestão administrativas, financeiras e patrimonial, tendo vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente - SEDU. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J., apresentando SUBSTITUTIVO GERAL que engloba ao todo ou em partes as emendas de Plenário e EMENDA ADITIVA DO PODER EXECUTIVO, encaminhada pela Mensagem nº 132/92. APRECIAR NESTE TURNO, SUBSTITUTIVO GERAL, APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO.

Apreciar nesse turno apenas o Substitutivo Geral aprovado em 2ª Discussão. **Aprovado. O Projeto irá à Redação Final.**

ITEM 03
3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/94, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que autoriza a realização de Plebiscito na área que especifica, para a criação do Município de Cruzmaltina, desmembrado no Município de Faxinal-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Com SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, com PARECER FAVORÁVEL da C.C.C.. APRECIAR NESTE TURNO, SUBSTITUTIVO GERAL APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO.

Apreciar nesse turno apenas e tão somente o Substitutivo Geral, aprovado em 2ª Discussão. **Em Discussão.**

Em votação, o Substitutivo: **Aprovado. O Projeto irá à Redação Final.**

ITEM 04
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Iracema do Oeste. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 533/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, que concede Título de Cidadão benemérito ao Senhor José Fernando Macedo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 760/93, de autoria do Deputado Eurides Moura, que declara de Utilidade Pública o Lar Infantil João Leão Pitta, com sede e foro, na Cidade de Rolândia. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

010/94, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE com sede e foro no Município de Ortigueira. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 148/94, de autoria do Deputado Carlos Simões, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Osni Prates Pacheco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/94, e autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Nova Amoreira- ADECONAM, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/94, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Lar da Fraternidade, com sede e foro na cidade de Palotina. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/94, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que torna obrigatória a apresentação do Certificado de Garantia Estadual, fornecido pela Associação das Retíficas de Motores do Estado do Paraná - AEROMOPAR, nas licitações públicas realizadas pelo Governo do Estado do Paraná, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **EM VOTAÇÃO.**

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em conversa com o Deputado autor, Lourenço Fregonese, nós chegamos a um entendimento, e também com o Deputado Rosinha, de que esse Projeto de Sua Excelência, deveria merecer um pouco mais de discussão. Então nós acordamos a retirada por três sessões, para que a gente, a Casa, possa ter um pouco mais de oportunidade de aprofundar uma discussão a respeito do mesmo.

Então estou encaminhando à Mesa para submeter ao Plenário esse requerimento, e agradeço a atenção de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimento de autoria do Deputado José Tavares, constante do expediente, requerendo a retirada por três Sessões, do Pro-

Projeto nº 225/94.

Em Votação. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões, do Projeto de Lei nº 225/94.

ITEM 12

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/94, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Grupo Espírita Fraternidade, com sede e foro na cidade de Toledo. **PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/94, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública Consórcio Intermunicipal de Saúde da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão. **PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 271/94, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Almirante Tamandaré. **PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que acresce o § 3º, ao Artigo da Lei nº 8.935, de 08 de março de 1989 (Referente a Abastecimento de Água). Com **PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.A.** Com **SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.**

Está em discussão o projeto, ressalvado o Substitutivo. Está em discussão o substitutivo, lembrando aos Senhores Deputados que a aprovação do mesmo prejudicará o projeto.

Está em votação o Substitutivo Geral da C.C.J. **Aprovado o Substitutivo Geral artigo por artigo.**

O Projeto irá à 3.^a Discussão.

ITEM 16

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/94, de autoria do Deputado Carlos Simões, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Emaus de Vila Izabel, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/94, de autoria do poder Executivo - Mensagem nº 114/94, que objetiva dar nova redação aos dispositivos das Leis nºs

6.774, de 08.01.86 e 7047 de 21.11.78, com suas posteriores alterações conforme específica. **PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e S.P. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/94, de autoria do Deputado Carlos Simões, que altera o artigo da Lei nº 6017 de 15 de outubro de 1969 (Declara de Utilidade Pública a Associação do Colégio Nossa Senhora de Sion). Com **PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 19

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 118/94, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de Utilização Gratuita, ao Município de Jacarezinho, o imóvel situado na Rua Marciano de Barros s/nº conforme específica. Com **PARECERES da C.C.J. e C.O.P.T.C. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 20

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/94, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação Koala - Proteção Animal - com sede e foro em União da Vitória. **PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 21

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 356/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Campo Bonito. **PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 22

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Lobato. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 23

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública o Grupographia - Criação e Edição conforme específica. Com **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 24

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 375/94, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcio-

nais - APAE, de Nova Tebas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 25

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/94, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Sarandi. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 26

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Fundação Médico-Assistencial do Trabalhador Rural, de Ivaiporã-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 27

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/94, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que altera o Art. 1º, quanto ao nome do Município da Resolução nº 006/92 de 26 de março de 1992, que autoriza a realização de Plebiscito para criação do Município que passa a denominar-se Jacutinga do Ivaí desmembrado do Município de Ivaiporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 30

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/94, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que dá nova redação ao Art. 2º e 3º da Lei Estadual nº 9141 de 07.12.89. (Doação de Imóvel ao Município de Primeiro de Maio). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 109, de 13.09.94).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 327/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, o Projeto de Lei nº 327/94, tem por finalidade dar nova redação ao Art. 2º e 3º da Lei Estadual nº 9141 de 07.12.89. (Doação do Imóvel ao Município de Primeiro de Maio).

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 327/94

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Severino Félix Pessoa, o projeto de lei em análise objetiva dar nova redação ao Artigo 2º e 3º da Lei Estadual nº 9141 de 07.12.89. (Doação de Imóvel ao Município de Primeiro de Maio).

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça que se pronunciou favorável à aprovação da mesma.

Assim sendo, esta douta Comissão Técnica segue o entendimento daquela Comissão, recebendo, portanto, o presente projeto de lei, parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 23.11.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 31

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 131/94, que aprova a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.909.047,00 (Hum milhão, novecentos e nove mil, quarenta e sete reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 129, de 07.11.94, Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 364/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria dos Transportes, no valor de R\$ 1.909.047,00.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 364/94

P A R E C E R:

O plano de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 131/94, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.909.047,00 (hum milhão, novecentos e nove mil, quarenta e sete reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão não en-

controu nenhum impedimento à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 32

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 365/94, de autoria do Poder Executivo - Mens. n° 132/94, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria dos Transportes, visando atender despesas com serviços de dragagem do canal de acesso e baía de evolução. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 129, de 07.11.94, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 365/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Transportes, no valor de R\$ 2.500.000,00.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 365/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar abertura de crédito ao vigente orçamento da Secretaria de Transportes.

A matéria já foi analisada e aprovada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar esta Comissão dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
JOÃO PREIS - Relator

ITEM 33

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 366/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 133/94, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.130.000,00 (dois milhões e cento e trin-

ta mil reais), vigente ao orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 129, de 07.11.94, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 366/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Transportes, no valor de R\$ 2.130.000,00.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 366/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar abertura de crédito ao vigente orçamento da Secretaria de Transportes.

A matéria já foi analisada e aprovada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar esta Comissão dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.94.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK - Presidente
JOÃO PREIS - Relator

ITEM 34

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 367/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 134/94, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais), vigente ao orçamento da Secretaria da Administração. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 129, de 07.11.94 Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 367/94

P A R E C E R:

A proposição em tela, originária da Mensagem Executiva sob n° 134/94, objetiva aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais), ao orçamento da Secretaria de Estado da Administração, sob entidades vinculadas ao Instituto de Previdência e Assessoria aos Servidores do

Estado do Paraná - IPE, para atender despesas com precatórios.

Sob análise desta Comissão, verificamos que a propositura não cumpre com a totalidade dos dispostos no "caput" do art. 43 da Lei nº 4.320/64, ou seja, não precede de exposição justificativa.

Entretanto, como a matéria trata de precatórios, que em larga escala chegam sempre defasados a quem de direito, opinamos favoravelmente ao projeto, a fim de facilitar a mais rápida concretização do interesse público que, como sabemos tem supremacia sobre os demais.

Sala das Comissões, em 29.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DAS FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 367/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 134/94, tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar na Secretaria de Transportes.

A matéria já foi analisada e aprovada pela douta Comissão de Constituição e Justiça. Chamada a opinar, esta Comissão dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
JOÃO PREIS - Relator

ITEM 35

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/94, de autoria do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato, que declara de Utilidade Pública o Grupo da 3ª Idade, de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 386/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo da 3ª Idade, com sede na Praça Olímpica, 236, Município de Cianorte.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O Grupo da 3ª Idade, entidade civil de caráter filantrópico e recreativo, tem como objetivos principais promover o idoso bio-psico-socialmente; propiciar a convivência social da pessoa idosa em atividades sociais, recreativas, esportivas, culturais, visando uma melhor integração; promover intercâmbio com outras associa-

ções, grupos e entidades para troca de experiências e colaboração; colaborar com os poderes públicos na faixa de filantropia, cultura e humanização da comunidade; organização de eventos que venha divulgar e valorizar a pessoa idosa; incentivar o desenvolvimento de promoções a fim de gerar recursos necessários para manutenção do grupo e realizar encaminhamento para a área de saúde, procurando proteger o idoso enfermo e de baixo poder aquisitivo.

Apesar das promoções e contribuições da comunidade, a entidade vem encontrando dificuldades em sua manutenção, razão pela qual apresentamos o presente Projeto de Lei que, se aprovado, virá beneficiar a referida entidade, auxiliando-a no desenvolvimento de suas atividades.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 386/94

P A R E C E R:

Analisando o projeto de lei em epígrafe, pela documentação acostada ao processo, verifica-se estar adequado ao preceituado pela Lei nº 6.994, de 10.01.78.

Com efeito, trata-se de entidade sem fins lucrativos, sua diretoria não é remunerada e funciona como entidade filantrópica.

Isto posto, não encontramos qualquer óbice quanto a sua normal tramitação, até final deliberação pelo duto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, o parecer favorável, desta Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 36

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 392/94, de autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública o Instituto Moriá de Assistência Social - IMAS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 392/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Moriá de Assistência Social - IMAS, com sede e foro na cidade de Colorado, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.94.

(a) JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Atendendo a solicitação do Presidente do Instituto Moriá de Assistência Social - IMAS, Pastor BENEDITO MUNIZ, cuja postura

administrativa, tem demonstrado sua competência e seriedade, à frente da presidência da Instituição o que endossa, portanto o pedido de declaração de utilidade pública, da Entidade referida. Desta forma, encaminha-se então, o respectivo Projeto de Lei.

A Instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e de solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum e de atendimento comunitário, constituindo-se numa fonte de desenvolvimento social, no entanto, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população assistida.

Face o exposto, requer-se então a Declaração de Utilidade Pública para a Instituição em pauta, uma vez que a mesma encontra-se de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6.994 de 10 de janeiro de 1978 e demais legislação pertinente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 392/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Iensen, o Projeto de Lei nº 392/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Instituto Morião de Assistência Social - IMAS.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

ITEM 37

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Centro de Atendimento Comunitário "São Jorge" - CEACOM, com sede e foro no Município de Curitiba - PR. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 137, de 23.11.94.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 393/94

De autoria do Deputado Anibal Khury, o Projeto de Lei nº 393/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Centro de Atendimento Comunitário "São Jorge" - CEACOM, com sede e foro no Município de Curitiba.

Da análise do referido projeto em razão do mesmo atender às exigências da Lei nº 6.994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 29.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

ITEM 38

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 394/94, de autoria do Deputado Colombino

Grassano, que autoriza o Poder Executivo a criar um Núcleo Regional de Educação, através da Secretaria de Estado da Educação, na sede do Município de Araçongas-PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 137, de 23.11.94.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 394/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Colombino Grassano, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar, através da Secretaria de Educação, um Núcleo Regional de Educação no Município de Araçongas.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 394/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Colombino Grassano, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar um Núcleo Regional de Educação na sede do Município de Araçongas.

A matéria já foi analisada e aprovada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes chamada a opinar, dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.94.

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente
JOÃO PREIS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento nº 2652, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. DOUTOR ROSINHA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

No dia 26 de outubro próximo passado, protocolei na Mesa um documento, protocolo 238, que visa a aplicação do § 2º do Artigo 135, do Regimento Interno, por falta de respostas do pedido de informação.

Desse documento protocolado, somente a Secretaria de Estado da Educação respondeu.

Os demais órgãos citados não responderam. Solicito que a Mesa tome providências e dê conhecimento a este Plenário, na data de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa tomará as providências necessárias.

Requerimentos n°s 2663 e 2664, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2662, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2659 e 2661, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2673, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2676, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2682, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2680, 2678, 2679 e 2654, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2653 e 2660, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência registra com satisfação, a presença do nobre Deputado Estadual eleito, Luiz Carlos Romanelli, ex-Secretário Geral do PMDB, e ex-Secretário de Estado da Habitação.

Requerimentos n°s 2655 a 2658 e 2681, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2670 e 2675, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimentos n° 2672 e 2674, de autoria do Senhor Presidente Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2677, de autoria do Senhor Deputado José Arthur Ritti, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. JOSÉ TAVARES - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para discutir, adia-se na forma regimental.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 091/94.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 325/94.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 296/94.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 327, 364 a 367, 386, 392, 393 e 394/94.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 331/94.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 1994.

**"70 ANOS DA UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL
SESSÃO SOLENE - 03.12.94**

'Quando praticamos uma boa ação, não sabemos se é para hoje ou para quando.

O caso é que seus frutos podem ser tardios, mas são certos, uns plantam a semente da couve para o prato de amanhã, outros a semente do carvalho para o abrigo do futuro.

Aqueles cavam para si mesmos. Estes lavram para seu país, para a felicidade dos seus descendentes, para o benefício do gênero humano.'

Senhor Presidente da Mesa, Deputado Orlando Pessuti; Senhor Mário Henrique Peters Farinon, DD. Presidente da União dos Escoteiros do Brasil; Senhor Vereador Paulo Salamuni, DD. Presidente da União dos Escoteiros do Brasil - Região do Paraná; Senhores; Senhoras; Escoteiros do Brasil.

Nas palavras de Rui Barbosa - o imortal jurista - que usamos para abrir esta nossa oração, que é muito mais de agradecimento do que de homenagem, poderemos dizer que está contida a essência das atividades que caracterizam aqueles que hoje, nesta Sessão Solene, comemoram os 70 anos

da fundação do movimento a que pertencem os ESCOTEIROS.

Estamos aqui reunidos, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para lembrarmos, comemorarmos e agradecermos os 70 anos de fundação da UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, que se deu no dia 04 de novembro de 1924.

Nessa data fundava-se um movimento que já tinha raízes profundas no Brasil, desde 1910 - poucos anos depois de fundado na Inglaterra por BADEN POWELL.

Antes de falar sobre esse movimento - O MOVIMENTO ESCOTEIRO - que tanto enobrece e dignifica nossa terra pelo valor de seus integrantes, preciso dizer da honra e da alegria que nos dá esta oportunidade.

Quando recebemos esta incumbência - a de falar em nome dos representantes do povo do Paraná, saudando a União dos Escoteiros do Brasil, confesso que senti ser um encargo tremendo e do qual talvez não pudesse me desincumbir com o realce que o momento merece.

Mas, ponderei que a distinção não podia ser evitada e que serviria como oportunidade para colocarmos o respeito, a admiração e o agradecimento por tudo o que representa a União dos Escoteiros do Brasil na formação de nossa gente.

Para falar deste movimento, usei, já por duas vezes, as expressões. RESPEITO - ADMIRAÇÃO - AGRADECIMENTO.

Para traduzir este trinômio, me permito fazer uma ligeira evocação de nossa infância: filho de pais humildes, na condição econômica, mas ricos na estrutura moral, na dignidade humana e no respeito a Deus, a família e ao trabalho, desde cedo aprendemos - eu e meus irmãos que a maior riqueza do homem estava no seu caráter.

Que a sua conduta deveria sempre primar pela prática do bem - que as boas ações é que nos levariam a Deus e nos fariam fortes.

Quando criança, uma das coisas que nos chamava a atenção eram os meninos - alguns de nossa idade - que apresentavam-se garbosos e maravilhosos, com seus uniformes impecáveis - OS ESCOTEIROS.

Não tínhamos condições de, pertencer ao movimento deles que imaginávamos muito distante de nós, mas sabíamos tudo sobre eles e principalmente que praticavam todos os dias, UMA BOA AÇÃO e estavam SEMPRE ALERTAS.

Até nas brincadeiras procurávamos copiar os escoteiros procurando pela boa ação e ficando 'sempre alerta'.

O tempo passou, mas não a admiração que tínhamos pelos ESCOTEIROS. Só aumentou na medida em que fomos nos inteirando do propósito do Movimento Escoteiro e da grande contribuição que dá na formação de

nossa juventude. Como diz o convite para esta magna Sessão 'O propósito do movimento Escoteiro é contribuir para que os jovens assumam o seu próprio desenvolvimento, especialmente o caráter, ajudando-os a realizar suas plenas potencialidades físicas, intelectuais, sociais, afetivas e espirituais como cidadãos responsáveis, participantes e úteis em suas comunidades.'

Aqui o RESPEITO por todos aqueles que integram essa entidade que completa seus 70 anos - A UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL. A própria lei já reconheceu o seu caráter educacional. Congrega ela uma formidável tropa de 100 mil brasileiros, que lutam pela Pátria brasileira. Por este nosso Brasil, tão aviltado e mal-amado por muitos de seus filhos.

É oficina de formar cidadãos que, no respeito, na defesa e na convivência harmoniosa com a Natureza, encontram Deus e os postulados de cidadania.

Uma tropa grande pelo número e trabalho, mas que precisaria ser muito maior - muitas vezes - para que este nosso Brasil pudesse ser melhor.

E aí entra o AGRADECIMENTO. Talvez o amor que sempre dedicamos - e que talvez e certamente - o MOVIMENTO ESCOTEIRO nos ajudou a fortalecer quando criança, o amor à nossa Curitiba, ao Paraná e à nossa Pátria, nos proporcionou a honra de conquistarmos nossos quatro mandatos para representar o povo curitibano e paranaense e permitiu que fôssemos agraciados com um momento de felicidade como este: o de, em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, AGRADECER à UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, a todos que aqui estão representando o MOVIMENTO ESCOTEIRO, pelas boas e sábias sementes que têm, com tanto amor e dedicação, sabido plantar neste solo dadivoso do Brasil.

Em nome deste colegiado - que aqui se reúne em nome do povo paranaense, para cumprir o sagrado direito e dever de legislar e ditar as leis do Estado - em nome deste Poder Legislativo, apresentamos os agradecimentos pelas milhares de sementes de carvalho que têm plantado e que, há 70 anos estão abrigando o Brasil. Não são poucos os brasileiros ilustres formados na bigorna dessa oficina de amor cívico, de caráter, de dignidade, de altruísmo, de doação, de solidariedade e de fraternidade.

Estão esses carvalhos a espargir sombra acolhedora e renovadora àqueles que combatem o bom combate.

Estão a formar fileiras na defesa da Pátria. E são - graças a Deus - muitos e se espalham nos três Poderes que respondem pela condução deste país: Judiciário, Legislativo e Executivo. São eles governan-

tes, juízes, desembargadores, vereadores, deputados, senadores, ou são simplesmente trabalhadores que integram a grande força que impele o Brasil para frente, rumo a um futuro promissor.

São jovens forjados nessa bigorna de civismo que não quebraram - porque o martelo quebra o vidro mas forja o aço. Eram eles aço do bom - apenas para exemplificar: com um Paulo Salamuni e um Igor Kipmann - ontem meninos, que estavam SEMPRE ALERTAS procurando fazer BOA AÇÃO do dia, como todo escoteiro que se preza e respeita o lenço que usa para identificar seu grupo que jamais poderá ser maculado - hoje, são eles defensores da Pátria, um servindo no Legislativo Municipal de Curitiba e outro como Diplomata - lutando lá fora pela soberania do Brasil.

Falar do MOVIMENTO ESCOTEIRO, da UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, engrandece e conforta e, a nós, honra e dignifica.

Sabemos que o Brasil tem atravessado agudas crises e enfrentado muitas guerras. Mas, sem dúvida a pior de todas é a guerra da falta de moral e de amor à Pátria, porque ela destrói o que de mais precioso e importante tem o homem: o CARÁTER.

No RESPEITO, ADMIRAÇÃO, AGRADECIMENTO E HOMENAGEM que são a essência que impregna esta oração vinda de nosso coração, que fala em nome deste Poder Legislativo, queremos concluir dizendo:

ESCOTEIROS: Nessa Guerra, grande é vossa responsabilidade porque, representais as forças maiores da sociedade: São vocês suas forças morais, em frente, prosigam. O Brasil precisa de vocês. ESCOTEIROS, SEMPRE ALERTAS na defesa do Brasil.

Que Deus os abençoe e possam vocês continuar nessa luta de amor e civismo, por muitos 70 anos e possam muitos mais jovens e adultos se incorporarem a essa tropa de aço, de caráter, de dignidade e altruísmo.

ESCOTEIROS, SEMPRE ALERTA, 'Lavrando para seu País, para a felicidade dos seus descendentes, para o benefício do gênero humano'."

"PRONUNCIAMENTO DO VEREADOR PAULO SALAMUNI - SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AOS 70 ANOS DA UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

'Se muitos constroem muralhas, sejamos aqueles que constroem pontes; se muitos denunciam a injustiça, sejamos aqueles que lutam para combatê-la; se muitos negam o pão, sejamos aqueles que o repartem; se muitos fomentam as guerras, sejamos os mensageiros da paz. Sempre alerta, escoteiros! Sempre alerta, irmão de ideal! Que este seja um brado do elo inquebrantável da nossa União dos Escoteiros do Brasil.

Para estreitar os laços da solidariedade humana, surge na Inglaterra o escotismo, em 1907, com o objetivo precípuo de inculcar nos jovens os elevados princípios morais e cívicos. Foi com este intuito, que Robert Stephenson Smyth Baden-Powell, um homem com os olhos voltados no futuro, fundou e difundiu o Movimento Escoteiro, em todos os países civilizados, sendo aclamado, em 06 de agosto de 1920, sob os aplausos de milhares de jovens, o primeiro e único 'Escoteiro-Chefe-Mundial', tornando-se a partir desse momento, B.P., como carinhosamente era chamado pelos seus liderados, um cidadão do mundo.

A aclamação de Sir Baden-Powell como chefe do escotismo internacional, deu-se em Londres, por ocasião do 1º Jamboree Mundial, que contou com a participação de 32 países. No Brasil, o escotismo foi introduzido em 1910, por marinheiros e oficiais da nossa Marinha de Guerra, que fundaram o 1º Núcleo no Rio de Janeiro, com a denominação de Centro de Boy Scouts. O ano de 1914 assinala o surgimento de novos agrupamentos, dos quais o mais importante, foi a Associação Brasileira de Escoteiros em São Paulo, por iniciativa de Macedo Soares. Esses primeiros núcleos contaram com o estímulo de personalidades da época, como Olavo Bilac e Coelho Neto.

A unificação de todas as tropas, grupos, modalidades e ramos, deu-se em 04 de novembro de 1924, no Rio de Janeiro, com o nascimento da gloriosa União dos Escoteiros do Brasil, integrada pelas Regiões Escoteiras e principalmente pelos Grupos Escoteiros, onde se aplica a filosofia escoteira e como tal tornam-se a base fundamental da nossa Associação, funcionando autônomos ou em entidades, tais como, escolas, igrejas, fábricas e clubes sociais.

- Somos um movimento de crianças e jovens, com a colaboração de adultos, unidos por um compromisso livre e voluntário;

- Somos um movimento de educação não formal, que complementa o trabalho da família, da escola e da religião;

- Somos um movimento que caminha em busca de Deus e estimula seus membros a viver autenticamente, dando testemunho de sua fé. Incentivamos nos jovens a lealdade à pátria, em harmonia como a promoção da paz mundial, pois somos integrantes da grande fraternidade escoteira, que valoriza e partilha de três grandes convicções: a democracia, os ideais disseminados por B.P., e a irmandade que une a humanidade, valorizando sobremaneira a cooperação internacional.

Cremos na família, raiz integradora da comunidade e centro de uma civilização baseada no amor, na verdade e na justiça, por isso, queremos contribuir para que o jovem cresça assumindo o próprio desen-

volvimento, rumo a uma cidadania responsável, participante e útil. As palavras que acabamos de ler, contidas no Projeto Educativo da União dos Escoteiros do Brasil refletem uma pequena síntese dos princípios que norteiam a nossa instituição.

A Organização Mundial do Movimento Escoteiro, é uma instituição Internacional com sede em Genebra, não governamental, composta por suas associações escoteiras nacionais e que possuem no mundo mais de 16 milhões de escoteiros em 150 países.

O Brasil possui hoje aproximadamente 70 mil escoteiros filiados a União dos Escoteiros do Brasil, sua sede nacional é em Brasília e é a única instituição autorizada pelo Decreto Federal 8.828 de 20 de janeiro de 1946 à prática do escotismo em território nacional. A Região do Paraná conta hoje com mais de 9000 escoteiros subdivididos em 150 Grupos em nosso Estado.

Uma análise e uma retrospectiva do que tem sido realizado em termos de educação informal, complementando a educação familiar e subsidiando a formação da individualidade, configura o escotismo como uma instituição de incontestável utilidade comunitária.

Num contexto de inegável crise no ensino básico de 2º Grau, em que o Brasil é colocado num dos últimos lugares mundiais, em número de horas aula e o que é mais preocupante, na triste estatística da evasão escolar, é indubitável o relevante papel reservado ao escotismo com sua parcela na orientação de crianças e jovens.

O Movimento Escoteiro é praticamente sinônimo de culto à Pátria, de respeito as instituições cívicas, de amor a natureza e intransigente defesa do meio ambiente.

A metodologia do movimento consiste em procurar despertar um sentimento de auto expressão, desestimulando a recepção passiva da instrução.

Sem nenhuma dúvida, a maior riqueza de um país do mundo, são os jovens, porque são eles que alimentam o ideal de transformar as estruturas de uma sociedade injusta. E a justiça social só é autêntica se alicerçada nos direitos individuais.

Todos os homens são irmãos. Somos a imagem e semelhança de Deus, independentemente da raça, credo, posição social, econômica e ideológica. Assim os membros do escotismo são regidos por uma Lei, cujo artigo 1º diz: 'O escoteiro tem uma só palavra, sua honra vale mais que a própria vida', e por uma promessa pelo qual promete cumprir os deveres para com Deus, a Pátria e o Próximo.

Neste memorável encontro em que comemoramos os 70 anos da União dos Escoteiros do Brasil, é necessário afirmar que Deus em sua profunda humildade pretendeu a co-

laboração do homem, para prosseguir na construção do mundo, e isso só é possível dentro de um espírito de família, espírito altruísta e de cooperação mútua.

Lobinhas e lobinhos, escoteiras e escoteiros, guias escoteiras e seniores, pioneiras e pioneiros, só reunidos em torno de um mesmo ideal, o grande ideal do escoteiro, que teve como alicerce a justiça, animada pelo amor, é que torna possível mudar o mundo, unidos ao criador. Creio firmemente que os jovens hoje e principalmente um escoteiro de verdade, abomina toda e qualquer espécie de injustiça, de escravidão, de discriminação, de corrupção, abomina o uso da droga destruidora, e, com o seu vigor de escoteiros e os talentos que Deus lhe deu, acredita em um mundo mais humano, justo, fraterno e solidário.

A você meu colega chefe escoteiro, estamos fazendo a nossa parte em prol da coletividade. Que belo exemplo, prossigam, porque vale a pena. Homenageo-lhes de forma especial, bem como, todos os senhores pais que têm o privilégio de verem seus filhos integrarem o movimento escoteiro. Aos senhores dirigentes, aqueles que já partiram para o grande acampamento e contribuíram muitas vezes anonimamente para a construção da nossa Associação escoteira, e todos aqueles que escoteiros ou não, trabalham por causas nobres, faço alusão aos heróis anônimos que trabalham em hospitais, com irmãos que possuem deficiências diversas, aos missionários, enfim, a todos que trabalham com ideal de forma abnegada e altruísta pelo seu semelhante, prestando-lhes uma homenagem em nome de um povo, recordo-me deste momento de gala e emoção de uma passagem que li algures: "Durante a II Guerra Mundial, quando Rita Hayword visitava um acampamento de feridos e, admirada, observando uma enfermeira que limpava as chagas abertas de um ferido, disse-lhe: '- Eu não faria isto por dinheiro nenhum do mundo'. Eis que de pronto a enfermeira respondeu: '- Por dinheiro eu também não faria. Estou aqui voluntariamente'.

Meu irmão chefe escoteiro, faz bem quem faz com ideal; faz bem quem faz com seriedade; faz bem quem faz com determinação. Disse Georgia O'Keefe, palavras que se aplicam aos idealistas: 'Onde nasci e como vivo não é importante. O importante é o que fiz por onde passei'.

Obrigado ao povo do Paraná pela lucidez dos seus legítimos representantes que têm assento neste parlamento estadual, em homenagear tão nobre instituição.

Obrigado em nome de todos aqueles que integraram, integram e haverão de integrar a União dos Escoteiros do Brasil, pois ela busca que todos aqueles que tenham sido

escoteiros façam o seu melhor possível; para ser um homem ou uma mulher, reto de caráter, livre de pensamento, autêntico na forma de agir, leal, digno de confiança, pois como definiu o Grande pensador Courtois 'Acima dos dons brilhantes do espírito e do coração, acima da cultura intelectual, o que constitui uma personalidade forte, é a têmpera do caráter, que nos faz dizer de um homem: ele vale, pode-se contar com ele'.

Finalizo com a última mensagem do Chefe, escrita de próprio punho por Baden Powell 'of guiwel': 'procurem deixar este mundo um pouco melhor do que encontraram. Quando chegar a hora de morrer, poderão morrer felizes, sentindo que pelo menos não desperdiçaram o tempo e procuraram fazer o melhor possível. Deste modo estejam "bem preparados" para viver felizes e para morrer felizes. Mantenham-se sempre fiéis a sua promessa escoteira, mesmo quando já tenham deixado de ser rapazes. Deus ajude a todos a procederem assim'.

Sempre alerta escoteiros do Brasil! Sempre alerta e viva a União dos Escoteiros do Brasil.

PAULO SALAMUNI

Diretor Presidente da U.E.B./PR"

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA, A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 1994.

"RELATÓRIO DA AÇÃO DIRETA DA INCONSTITUCIONALIDADE Nº 29.322-3, DE CURITIBA

O Tribunal de Justiça do Paraná, em sessão do Órgão especial realizada no dia 16 de setembro último, reconheceu por maioria de votos e legitimidade de Deputado Estadual para promover ação direta de inconstitucionalidade, dando-se assim vigência ao artigo 111, inciso VII da Constituição Estadual.

Essa decisão foi proferida no processo nº 29.322-3, ação direta de inconstitucionalidade proposta por este parlamentar pedindo a declaração de inconstitucionalidade parcial do artigo 66 e seu inciso II da Lei Orgânica do Município de Almirante Tamandaré. Tal dispositivo tentava impor perda de mandato ao vice-prefeito que aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os em comissão na administração pública direta ou indireta.

Considerando a situação do vice-prefeito como mera expectativa de função executiva, argumentei ao Tribunal de Justiça não ser possível a proibição do exercício de outras funções públicas, mesmo no âmbito do próprio município, porque enquanto vice não possui nenhuma atribuição efetiva. A proibição foi considerada inconstitucional pelo TJ, pois colide com o artigo

16, inciso XII da Constituição Estadual que, por sua vez, vincula-se ao artigo 28, parágrafo único, da Constituição Federal.

O vice-prefeito de Almirante Tamandaré, Zair José, convidado a exercer o cargo de Secretário da Administração do município, foi ameaçado de cassação do mandato pelo presidente da Câmara Municipal.

Entendendo que a norma expressa na Lei Orgânica de Almirante Tamandaré, excedeu-se, aplicando o balizamento imposto pelo artigo 16, inciso XII, da Constituição Estadual, pedi ao TJ, também, a concessão de medida cautelar suspendendo os efeitos do dispositivo em debate.

Por unanimidade de votos, entenderam os Senhores Desembargadores membros do Órgão especial do Tribunal de Justiça do Estado que se verificaram presentes os dois elementos indispensáveis à concessão da medida cautelar: a aparência do bom direito, que não se precisa confundir com a certeza do direito, e o perigo da superveniência de dano de difícil ou mesmo impossível reparação, diante da possibilidade de ocorrência, caracterizada pela ameaça de cassação do mandato do vice-Prefeito de Almirante Tamandaré.

Diante disto, os eminentes desembargadores acordaram com o relatório do Des. Luiz Perroti, para conceder a medida cautelar suspendendo os efeitos do artigo 66, e seu inciso II da Lei Orgânica do Município de Almirante Tamandaré, na parte em que se referem ao vice-Prefeito.

Discordou, porém, a maioria dos Desembargadores da alegação do Relator acerca da ilegitimidade do Deputado Estadual em propor a ADIN.

O debate no Órgão especial centrou-se na assimetria do artigo 111 de nossa Constituição Estadual com o artigo 103 da Carta Federal, segundo o Desembargador Luiz Perroti, em seu relatório, a Constituição Federal não concede a prerrogativa aos Deputados Federais e Senadores para proporem ação direta de inconstitucionalidade, verificando-se nítida inovação legislativa o constante na Constituição do Paraná.

A seguir o relator concluiu: "Admitir-se o Deputado Estadual, individualmente, propor ação direta de inconstitucionalidade, é reconhecer nele mais direito do que o atribuído à mesa da Assembléia e ao próprio partido político a que pertence".

Não concordando com o seu par, o Desembargador Wilson Reback fez declaração de voto em separado, admitindo a legitimidade deste Parlamentar para propor a ADIN, por considerar que o artigo 111, inciso VII da Constituição do Paraná, não ofende a Constituição Federal, eis que, na espécie, não se exige a simetria entre essa e a Carta Estadual, tendo em vista o dispos-

to no Parágrafo 2º, do Artigo 125, daquela: 'Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimização para agir a um único órgão'. Prossegue o Desembargador Reback dizendo que 'facilmente se percebe que a única restrição feita pela união aos Estados, nessa matéria, é que não poderão estes limitar a capacidade postulatória da ação direta de inconstitucionalidade a um só órgão, podendo estendê-la, no entanto, a outros que não os elencados para a legitimização às ações de inconstitucionalidade em face da Constituição Federal' (art. 103 da CF).

O voto do Desembargador Wilson Reback, foi acompanhado por 16 outros membros do órgão especial, que reconheceram a capacidade postulatória do Deputado Estadual nas ações diretas de inconstitucionalidade.

Não é inédita a decisão, porém, ao reiterar a admissibilidade, o TJ faz jurisprudência na matéria e qual a importância desta decisão para esta Casa e para os seus integrantes?

O Deputado Estadual não precisa recorrer à Mesa Executiva da Assembleia, para proposição da ADIN, quando verificar a existência de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual. O Parlamentar vai direto à Justiça.

E pede pela suspensão da norma que contradita a constituição.

Considero relevante a decisão do Tribunal de Justiça. Não me parece plausível que o Deputado ao verificar situação em que é cabido o pedido da ADIN, sujeite-se a uma decisão da Mesa Executiva da Assembleia, que se pode nortear por razões políticas. Se o Parlamentar é de oposição, a Mesa da situação, e o ato é do Governo, dificilmente a Assembleia assumiria o patrocínio na ação.

A decisão do TJ reconhece perfeição à norma constitucional estadual que garante aos Deputados Estaduais o direito de propor a ADIN.

E mais, amplia os instrumentos para que o Parlamentar desincumba-se de suas funções fiscalizadoras e representativas da sociedade.

Quero registrar o caso do artigo 205 de nossa constituição, que trata da gestão de recursos para a pesquisa científica e tecnológica.

Até hoje a matéria não foi regulamentada e, se a legitimidade postulatória dos Deputados Estaduais já tivesse sido reconhecida, eu teria ingressado com ação direta de inconstitucionalidade por omissão do ex-Governador Roberto Requião, face à Constituição Estadual.

Em boa hora o Tribunal de Justiça decide em nosso favor e nos confere arma para, investidos do papel de guardiões da Constituição, postular a inconstitucionalidade de Leis ou Atos Normativos Estaduais ou Municipais em face da Constituição do Paraná.

Por isso, estou requerendo, nesta data, a transcrição do relatório da ADIN nº 29.322-3, de Curitiba, em que se proferiu tal decisão, bem como a sua distribuição entre todos os Senhores Deputados Estaduais.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL E JUSTIÇA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Nº 29.322-3 - DE CURITIBA

AUTORES: Algaci Osmário Túlio e Outro

RELATOR: Des. Luiz Perroti

Ação Direta de Inconstitucionalidade - autores Deputado Estadual e Prefeito Municipal - Preliminar Rejeitada de não legitimidade do Deputado Estadual - medida cautelar inconstitucionalidade parcial do artigo 66 e seu inciso II da Lei Orgânica do Município de Almirante Tamandaré - Imposição de perda do Mandato a vice-Prefeito que aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado - ampliação do balisamento previsto no Artigo 16, inciso XII da Constituição Estadual - Requisitos básicos presentes - concessão.

Concede-se a medida cautelar de suspensão dos efeitos do artigo apontado como inconstitucional quando presentes se encontram, não só a aparência do bom direito, bem como o dano de difícil reparação, faz a ameaça iminente de cassação de Vice-Prefeito que exerce o cargo de Secretário da Administração.

ACÓRDÃO Nº 2141 - O.E.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 29.322-3, de Curitiba, em que são autores ALGACI OSMÁRIO TÚLIO e OUTRO.

1. Propõem Algaci Osmário Túlio e Arcidíneo Félix Gulín, respectivamente Deputado Estadual e Prefeito do Município de Almirante Tamandaré ação direta de inconstitucionalidade de parte do artigo 66, e do seu inciso II da Lei Orgânica do Município de Almirante Tamandaré, porque deles consta:

'Art. 66 - O Prefeito e o vice-Prefeito não poderão desde a posse, sob pena de perda de mandato:

II - Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível ad mutum, na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto no artigo 38 da Constituição Federal'.

Invocam ser compreensível quanto ao

Prefeito, todavia com referência ao vice-Prefeito, que somente tem uma expectativa de exercer o cargo de Prefeito, não é possível ser proibido o exercício de outras funções públicas, mesmo no âmbito do próprio Município, porque enquanto vice não possui nenhuma atribuição efetiva.

A proibição é inconstitucional, pois entra em colisão com o artigo 16, inciso XII da Constituição Estadual, que por sua vez se vincula ao artigo 28, parágrafo único da Constituição Federal.

Estando o vice-Prefeito exercendo o cargo de Secretário da Administração, o Presidente da Câmara Municipal o ameaça com a cassação de seu mandato e por isso requereram a suspensão liminar da validade e da eficácia das regras legais objeto da ação.

Com vista dos autos o Senhor Procurador Geral de Justiça pediu que os autores fizessem prova de serem Deputado Estadual e Prefeito Municipal (fls. 60). Satisfeita a exigência, opinou pela concessão da liminar.

2. A inicial tem como autores um Deputado Estadual e um Prefeito Municipal, consoante permissão do artigo 111, incisos III e VII da Constituição Estadual.

Em que pese a maioria desta Casa admitir sem rebuços a validade do Deputado Estadual ser autor, volta-se a discutir de sua legitimidade para ingressar com ação direta de inconstitucionalidade. Bom anotar que a ação direta e a legitimidade para propô-la é criação da Constituição Federal que em seu artigo 103, de forma taxativa e excludente, indica quem tem esta faculdade. A mesma direção é dada pelo artigo 111 da Constituição Estadual, com as necessárias adaptações, contudo, ao invés de só se adaptar, estendeu a mesma legitimidade ao deputado estadual, em seu inciso VII. Ao reverso, a Constituição Federal não concede a mesma prerrogativa aos Senadores e nem aos Deputados Federais, ressaltando ser nítida inovação legislativa o que consta da Constituição Estadual. O aludido artigo 111 autoriza a propositura da ação direta de inconstitucionalidade à Mesa da Assembléia Legislativa e igualmente aos partidos políticos com representação na Assembléia Legislativa, exatamente para que a Casa de Leis se reforce politicamente e de igual sorte os partidos políticos.

Admitir-se o Deputado Estadual, individualmente, propor ação direta de inconstitucionalidade, é reconhecer nele mais direito do que o atribuído à Mesa da Assembléia e ao próprio partido político que pertence. Sabido que o Deputado não é deputado porque quer, mas sim, porque um partido político regularmente constituído a que ele se filia lhe empresta a sigla

para concorrer, donde, sem temor de errar, cabe a afirmativa de que o cargo de deputado é do partido político e não daquele que foi eleito usando a sigla partidária. A aceitação irrestrita de poder agir livremente, sem peias com a Mesa da Assembléia e com o partido político, o deputado pode, sem qualquer censura, desobedecer a linha pragmática de seu partido e até mesmo, ir contra seus objetivos e estatutos.

Minoria deste Órgão Especial nega vigência ao inciso VII do artigo 111 da Constituição Estadual, devendo ser apontado como pioneiro, o voto proferido pelo eminente Desembargador Abrahão Miguel em Agravo Regimental nº 18.694-7/01, venerando nº 1547, com julgamento em 13 de abril de 1992:

'Ação direta de inconstitucionalidade. Legitimidade processual.

Ao Constituinte Estadual atribuir capacidade processual a "Mesa da Assembléia Legislativa" para figurar no pólo ativo da ação direta de inconstitucionalidade, explicitamente subtraiu ao deputado, individualmente, o mesmo privilégio legal, pois que é a Mesa da Assembléia e não o Deputado, o Órgão a que se refere o artigo 125, § 2º da Constituição Federal'.

Mesmo a maioria reconhecendo no Deputado Estadual legitimidade para, individualmente, propor ação direta de inconstitucionalidade, fiel ao princípio adotado de que ele não goza dessa prerrogativa, é proposto negar-se vigência ao aludido inciso VII do artigo 111 da Constituição Estadual.

3. O Prefeito do Município de Almirante Tamandaré, pede o reconhecimento de inconstitucionalidade, do artigo 66 e de seu inciso II da Lei Orgânica de seu Município, na parte que dá a perda de mandato do vice-Prefeito que 'aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível 'ad natum' na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto no artigo 38 da Constituição Federal', porque a regra se oferece em franco antagonismo ao contido no artigo 16, inciso XII da Constituição Estadual que fala, exclusivamente, na perda do mandato do Prefeito. Neste ponto é que reside ofensa à Constituição, uma vez que a mesma sanção não está nela prevista para o vice-Prefeito, sendo a norma expressa na Lei Orgânica do Município de Almirante Tamandaré, uma ampliação do disposto no balizamento imposto pela Constituição Estadual.

Repisado que para a concessão de medida cautelar não se prescinde dos elementos básicos que a sustentam, aparência do bom direito, que a toda evidência não chega a confundir-se com a certeza do direito, mas

sim, com a razoável probabilidade de que este socorra ao autor e do perigo da superveniência de dano de difícil ou mesmo impossível reparação, diante da possibilidade de ocorrência no caso de não serem suspensos os efeitos do inciso II do artigo 66, apontado como inconstitucional. Ainda que se trate de cognição sumária, ambos os requisitos devem estar comprovados na espécie isso ocorre. Milita em favor dos autores não só a aparência do bom direito, mas o perigo de cassação imediata do vice-Prefeito, pela demora no julgamento definitivo da ação. Assim, é de ser concedida a cautela liminar, suspendendo-se, o artigo 66 e seu inciso II da Lei Orgânica do Município de Almirante Tamandaré, na parte em que alude ao vice-Prefeito.

Acordam os Desembargadores do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná, por maioria de votos, preliminarmente em reconhecer legitimidade processual ao Deputado Estadual e por unanimidade de votos, conceder a medida cautelar para a suspensão do artigo 66 e seu inciso II da Lei Orgânica do Município de Almirante Tamandaré, na parte que se refere ao vice-Prefeito.

Curitiba, 16 de setembro de 1994

(aa) RONALD ACCIOLY - Presidente

LUIZ PERROTTI - Relator

Acompanharam o voto do Relator na preliminar de legitimidade de parte do Deputado Estadual os eminentes Desembargadores: Osiris Fontoura, Martins Rocci, Nasser de Mello, Tadeu Costa, Lenz Cesar e Abrahão Miguel.

No mérito à unanimidade concederam a medida cautelar acompanhando o Relator os eminentes Desembargadores: Osiris Fontoura, Wilson Reback, Troiano Netto, Carlos Raitani, Martins Ricci, Nasser de Mello, Altair Patitucci, Tadeu Costa, Accacio Cambi, Ronald Accioly, Nunes Nascimento, Plínio Cachuba, Abrahão Miguel, Lima Lopes, Lenz Cesar, Sydney Zappa e Adolpho Pereira.

Reconheceram a legitimidade processual ao Deputado Estadual os eminentes Desembargadores:

(aa) WILSON REBACK

TROIANO NETTO

CARLOS RAITANI

ALTAIR PATITUCCI

RONALD ACCIOLY

PLÍNIO CACHUBA

LIMA LOPES

SYDNEY ZAPPA

ADOLPHO PEREIRA

DECLARAÇÃO DE VOTO

Lamentando divergir do eminente relator, votei admitindo a legitimidade do au-

tor Algaci Osmário Túlio, como Deputado Estadual, para intentar ação, em vista do disposto no art. 111, inc. VII, da Constituição do Estado, segundo o qual o Deputado Estadual é, dentre outras pessoas e entidades, parte legítima para propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição do Estado, considerando que essa disposição não ofende a Constituição Federal, eis que, na espécie não se exige a simetria entre essa e a Carta Estadual, tendo em vista o disposto no § 2º, do art. 125, daquela, ao dispor que 'cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão', onde facilmente se percebe que a única restrição feita pela União aos Estados, nessa matéria, é que não poderão estes limitar a capacidade postulatória da ação direta de inconstitucionalidade a um só órgão, podendo estendê-la às ações de inconstitucionalidade em face da Constituição Federal (art. 103 da CF).

Demais, este Tribunal, em outras oportunidades já reconheceu a legitimidade dos Deputados Estaduais para demandarem a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos em face da Constituição Estadual, legitimidade, aliás, admitida pela Resolução nº 3/91, deste Tribunal.

Curitiba, 16 de setembro de 1994

(a) WILSON REBACK

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12.ª LEGISLATURA ATA DA 16.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de um mil, novecentos e noventa e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei: Projeto de Lei nº 469/93, Projeto de Lei nº 290/94 e Projeto de Lei nº 325/94, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Elisa Sotomaior Maruska - Secretária